



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
COLEGIADO DO CURSO DE ECONOMIA

CLAUDIANA BOTELHO BASTOS

**O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: UMA AVALIAÇÃO SOBRE SEU
IMPACTO ECONÔMICO NO MUNICÍPIO DE MARACÁS-BA.**

Vitória da Conquista - Bahia

2009

CLAUDIANA BOTELHO BASTOS

**O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: UMA AVALIAÇÃO SOBRE SEU
IMPACTO ECONÔMICO NO MUNICÍPIO DE MARACÁS-BA.**

Monografia apresentada ao Curso de Economia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, como requisito parcial para aprovação na disciplina Monografia II e obtenção do grau de Bacharel em Economia.

Orientador: Prof. Dr. Gildásio Santana Júnior

Vitória da Conquista – Bahia

2009

TERMO DE APROVAÇÃO

CLAUDIANA BOTELHO BASTOS

O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: UMA AVALIAÇÃO SOBRE SEU IMPACTO ECONÔMICO MUNICÍPIO DE MARACÁS-BA.

Monografia apresentada ao Colegiado do Curso de Economia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Economia, examinada pela Banca Examinadora:

Prof. Gildásio Santana júnior _____
Orientador

Prof. Rondinaldo Silva das Almas _____
Examinador

Prof. Roberto Paulo Machado Lopes _____
Examinador

Vitória da Conquista – Bahia, _____ de agosto de 2009

Dedicatória

Dedico a Deus que sempre me deu força para superar os obstáculos e seguir em frente sem desanimar.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, quero agradecer a Deus por ter me dado força em todos os momentos dessa longa caminhada, fazendo com que eu superasse todas as dificuldades.

Aos meus familiares, em especial, aos meus pais que me apoiaram e me incentivaram durante toda minha vida, me orientado e fazendo de mim o que sou hoje, sempre com muito amor e compreensão.

Aos meus amigos, principalmente, Nide, Fabiana, Adriana, Cleilton e Patrick, que me acolheram com muita atenção e carinho quando vim estudar aqui. Assim como Iara, Shaiala, July, Maria, Mércia, Arlete e Clarita que sempre estiveram comigo, me incentivando. Enfim, a todos que vivenciaram e torceram por mim, para que eu alcançasse meu objetivo de me tornar uma economista.

A Prefeitura Municipal de Maracás que durante o período acadêmico me ajudou financeiramente e na disponibilidade de dados para o trabalho monográfico.

Ao professor orientador Gildásio, que teve paciência e se dispôs a me ajudar na construção desse trabalho monográfico, indicando o melhor caminho a ser seguido.

A todos que, de alguma forma contribuíram para a realização deste trabalho, em especial aos professores Roberto Paulo e José Antônio que contribuíram de forma direta para a construção desse trabalho.

Muito obrigada!

RESUMO

Este trabalho tem o objetivo de analisar o impacto econômico do Programa Bolsa Família na economia do município de Maracás - Ba. Trabalhou-se com a hipótese de que o aumento da renda dos assistidos contribuiria para a dinamização da economia local. A investigação lançou mão de aportes microeconômicos (consumo das unidades familiares) e macroeconômicos (demanda agregada e multiplicador de gastos) para analisar o consumo das famílias beneficiadas e seu impacto no sistema econômico de Maracás. Os procedimentos metodológicos utilizados foram revisão bibliográfica, análise documental, observação direta, entrevistas e análise comparativa. Após a aplicação do multiplicador de gastos e a comparação das transferências do PBF com outras transferências, constatou-se seguintes resultados: aumento do consumo para os beneficiários, o que impactou positivamente no PIB municipal e na arrecadação do município. No entanto, pôde-se perceber que apesar da dinamização do comércio, com aumento do número de alvarás expedidos no município, não houve grandes aumentos no número de empregos formais. Assim, conclui-se que o estímulo ao consumo em cidades pequenas, por intermédio de transferências diretas do governo central podem ser um instrumento de superação da baixa performance econômica dos mesmos.

Palavras-chaves: Impactos econômicos, Bolsa Família, Economia Local, consumo, Maracás, transferências de rendas.

ABSTRACT

This work aims at analysing the economic impact the program “Bolsa Família” has made on the Maracás-Ba city. The working hypothesis is that the higher income would contribute in a meaningful way to local economic dynamic. The investigation was based on microeconomic inputs (families spending) and macroeconomics (aggregate demand and the multiplier effect) to analyse families consumption who are benefited by the program and its impact in Maracás’ economic system. The methodological proceedings used were bibliographical revision, documental analysis, direct observation, interviews and comparative analysis. After applying the spending multiplier and comparing the cash transfers of the program with other transferences, it was verified the following results: higher consumption from who had been granted, making the local GDP and tax collection grow. However, it was realized that, although there was a commerce improvement, with growing licences given; there has not been verified higher formal employment. Therefore, it was concluded that the spurring consumption in towns, through cash transfers directly from central government can be an instrument to overcome their bad economic performance.

Key-Words: Economic impacts, “Bolsa Família”, Local Economics, consumption, Maracás and income transferences.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa de Localização de Maracás no Sudoeste da Bahia, 2007.....	67
Figura 2 - Mapa de Evolução Territorial Maracás - 1855-1989	68
Figura 3 – Vista aérea de Maracás.....	70
Figura 4 - Cooperativa de flores de Maracás.....	76
Figura 5 – Vista da Rodovia BA – 026.....	77

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Níveis de consumo de unidades familiares	40
Gráfico 2 – Dispêndios de consumo em relação à renda disponível	42
Gráfico 3 – Empregos Formais por setores em 2006.....	74

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – PIB setorial dos valores adicionados de municípios selecionados, 2005	73
Tabela 2 – Distribuição dos empregos formais por ramos setoriais, entre 2001 e 2006.....	73
Tabela 3 – PIB municipal do sudoeste da Bahia, a preços correntes, 2002-2005	77
Tabela 4 - Indicadores de Desenvolvimento Humano.....	79
Tabela 5 – Números da educação em Maracás.....	80
Tabela 6 – Percentual de famílias atendidas em Abril de 200.....	82
Tabela 7 - Valores transferidos pelo Programa Bolsa Família ao município de Maracás entre 2004 e junho de 2008	83
Tabela 8 - Número de alvarás do município de Maracás, 2002 a 2008.....	84
Tabela 9 - Relação de Alvarás por Categorias.....	85
Tabela 10 - Relação entre as receitas da Prefeitura Municipal de Maracás e as transferências do Programa Bolsa Família	86
Tabela 11 – Relação entre as transferências do Programa Bolsa Família e algumas categorias da receita municipal, entre 2004 e 2007	87

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMA-ME	Associação Maracaense de Apicultores e Melipocultores Ambientalistas
CADÚNICO	Cadastro Único para Programas Sociais
CEF	Caixa Econômica Federal
EBDA	Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola
FPM	Fundo de Participação dos Municípios
IBASE	Instituto Brasileiro de Análise Social e Econômica
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
ICS	Instância de Controle Social do Programa Bolsa Família
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDHM	Índice de desenvolvimento Humano Municipal
INPC	Índice Nacional de Preços ao Consumidor
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MEC	Ministério da Educação e Cultura
NIS	Número de Identificação Social
PBF	Programa Bolsa Família
PIB	Produto Interno Bruto
PMM	Prefeitura Municipal de Maracás
PNB	Produto Nacional Bruto
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PSF	Posto de Saúde da Família
SEAGRI	Secretarias da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária.
SECOMP	Secretaria de Combate à Pobreza e Desigualdades Sociais
SEI	Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia
SEPLAN	Secretaria de Planejamento
SISVAN	Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional
SUS	Sistema Único de Saúde

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
1. CRESCIMENTO VERSUS DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO.....	19
1.1 Histórico.....	20
1.2 Desenvolvimento Regional.....	23
1.3 Desenvolvimento Local.....	27
1.4 Crescimento Econômico <i>versus</i> Desenvolvimento econômico.....	34
1.5 Consumo das Unidades Familiares.....	39
2. O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA.....	44
2.1 Políticas Sociais e Transferência de Renda: Uma nova forma de promover Desenvolvimento local pelo Estado?.....	45
2.2 A descrição do Programa.....	50
2.2.1 Características do Bolsa Família.....	50
2.2.2 Cadastramento, Seleção e Benefícios.....	52
2.2.3 Condicionalidades.....	54
2.2.4 Fiscalização e Controle Social.....	56
2.2.5 Resultados.....	57
2.2.6 Constatações, Críticas e Sugestões.....	58
3 O IMPACTO ECONÔMICO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA EM MARACÁS	66
3.1 A história de Maracás.....	66
3.2 Dados sobre o funcionamento da economia de Maracás.....	72
3.2.1 Indicadores Sociais do Município.....	78
3.3 O Programa Bolsa Família em Maracás.....	81
3.4 O impacto econômico do Programa Bolsa Família.....	85
3.4.1 Relação entre as transferências do Bolsa Família e as receitas do Município..	86
3.4.2 Relação entre os recursos oriundos do Programa Bolsa Família e produto Municipal.....	88
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	91
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	96
APÊNDICES	

INTRODUÇÃO

Bolsa Família é um programa de transferência direta de renda feita pelo Governo Federal às famílias pobres de todo o país, busca-se com este, diminuir a pobreza e as desigualdades sociais, além de tentar possibilitar melhores condições de vida às futuras gerações, com o aumento no nível de escolaridade. Através do programa são aportados valores consideráveis nas economias municipais.

Diante disso, pode-se perguntar qual o impacto dessas transferências nas economias locais. No caso do município de Maracás são aportados R\$ 3.085.379,00 de recursos por ano¹. Assim, este trabalho tem o objetivo de analisar o impacto econômico do Programa Bolsa Família na economia do município de Maracás.

O Programa Bolsa Família tem sido analisado por diversos trabalhos, boa parte deles busca demonstrar a eficiência ou ineficiência do programa sob vários aspectos. Barbosa *et al* (2008) fizeram um estudo em que procuraram avaliar a evolução econômica e social das famílias beneficiárias do programa em Montes Claros (MG). Duarte e Silveira Neto (2008) analisaram a frequência escolar na agricultura familiar no Nordeste do Brasil. Outra pesquisa foi realizada pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE, 2008) de forma mais abrangente, demonstrando o perfil dos beneficiários, enfatizando as questões de segurança alimentar assim como o direcionamento dos gastos das famílias assistidas.

Já Pereira *et al* (2008)¹ analisaram os efeitos do PBF nas condições de vida das pessoas que viviam em municípios com IDH muito baixo, enfatizando as questões nutricionais e de autonomia das mulheres. Pequeno (2008)¹ trabalhou a relação do PBF com a diminuição das desigualdades e superação da pobreza no nordeste brasileiro, demonstrando a importância do programa como atenuante dessas mazelas, mas não como solução estrutural necessária no

¹ Estes trabalhos foram selecionados pelo Ministério do desenvolvimento social e de combate a fome para compor a biblioteca virtual sobre o PBF, mais informações consulte o site: www.mds.gov.br/noticias/biblioteca-virtual-reune-artigos-sobre-o-programa-bolsa-familia.

caso brasileiro e nordestino em especial. Braga *et al* (2008)¹ fizeram um estudo de avaliação nutricional de crianças beneficiárias do PBF que frequentam creches Municipais de Vitória da Conquista, Ba.

Um trabalho mais abrangente foi desenvolvido por Marques (2004), que avalia a importância econômica do programa para os Municípios Brasileiros. Para isto, ela utilizou uma amostra representativa com 119 agrupamentos distintos, abrangendo 4.896 municípios, isto é, estratificou os Municípios em vários grupos, considerando alguns critérios, como localização geográfica, contingente populacional, nível de pobreza, atividade econômica predominante e relação população urbana/rural. Sendo que destes, 21 (vinte e um) são compostos por apenas um município, 7 (sete) por apenas dois e 8 (oito) com apenas três municípios; restando assim 83 (oitenta e três) estratos com quatro ou mais municípios. (MARQUES, 2004, p. 4). Com isso ela pode fazer a análise do PBF para os municípios, fazendo uma comparação entre os recursos transferidos pelo programa e a receita municipal, assim como comparando as outras transferências Federais e Estaduais.

Entre os resultados encontrados a autora destaca o caso de Pedra Branca, Estado do Ceará, onde os valores repassados pelo programa representam 43% da receita disponível do município (MARQUES, 2004, p.14). No que se refere ao percentual de atendidos destaca-se Várzea, estado de Pernambuco, com 45% da população. Outro município em que essas transferências têm uma importância notável é Medina, estado de Minas Gerais, em que quase 30% da renda da população é garantida pelo programa. Com isso, conclui-se que o PBF é importante pra um número significativo dos municípios do Brasil, especialmente os nordestinos, onde o nível de pobreza é mais elevado.

No que pesa a abrangência dos estudos, sobretudo o de Marques (2004), e a consistência dos resultados para o conhecimento do impacto econômico do Bolsa Família de forma pormenorizada e particularizada, faz-se necessário estudos de caso, devido às características especiais de cada cidade. Este trabalho se justifica pelo fato de o PBF ser o maior programa de transferências de renda direta do país, com transferências de montantes consideráveis para os municípios. Com isso, torna-se necessário fazer estudos de caso para demonstrar a importância que este programa tem para as economias locais, considerando suas peculiaridades. Dessa forma, o presente estudo avalia, sob o ponto de vista da análise

econômica, o impacto das transferências governamentais provenientes do PBF para as economias locais, mas precisamente analisaremos o impacto do PBF no município de Maracás, Bahia.

Maracás está situada na região sudoeste da Bahia, a 367 km de Salvador. Com uma área de 2.435,201 km² e uma população de aproximadamente 34.221 hab (IBGE, 2000), faz parte da microrregião de Jequié. Sua densidade demográfica de 14,4 hab/km², inferior a média da Bahia que é de 24, 46 hab/km². Faz parte do Território de Identidade Vale do Jiquiriçá, que é composto por 21 municípios², numa área total de 12.415,98 km² e uma população estimada em 2007 de 323.101 (SEI, 2006)³. O PIB do território em 2004 foi de R\$ 807,69 milhões, sendo que o do Município de maracás foi o quarto maior, com R\$ 80,03 milhões, ficando atrás de Jaguaquara, Amargosa e Brejões, com R\$ 170,55 milhões, R\$ 106,02 milhões e R\$ 84,82 milhões, respectivamente. Em 2006, o PIB municipal saltou para R\$ 88.898milhões.

Em relação a indicadores humanos, econômicos e sociais, destacam-se os municípios de Amargosa e Jaguaquara com os melhores resultados e Nova Itarana e Iramaia com os piores Índices. A região pode ser considerada pobre, pois apenas 23,81% dos municípios possuem esgoto. Maracás destaca-se na produção de bovinos, caprinos e eqüinos, representando 2,74%, 2,01%, 5,41% da produção da Bahia (IBGE, 2000; SEI, 2006).

O maior contribuinte para o PIB municipal, que é de R\$ 88.898 milhões⁴ em 2006, considerando setorialmente é o de serviços, demonstrando esse ser um dos principais condutores da economia local, refletindo a tendência nacional, de concentração de mão-de-obra e renda no comércio e serviços.

Segundo dados da SEPLAN (2006), em 2005 o setor de serviços representava 62,07% do PIB, com 26,9% sendo da agropecuária e 11,04% da indústria. Considerando outro item que é a renda per capita do município, esta está estimada em R\$ 1.718,73 (IBGE, 2000), bem inferior a da Bahia que é de R\$ 6.922, e com o IDH de 0, 609 (PNUD, 2000), inferior ao IDH da Bahia que é de 0.688 e do Brasil com 0.766. (PNUD, 2000).

² Amargosa, Brejões, Cravolândia, Elísio Medrado, Irajuba, Iramaia, Itaquara, Itiruçu, Jaguaquara, Jiquiriçá, Lafaiete Coutinho, Laje, Lajedo do Tabocal, Maracás, Milagres, Mutuípe, Nova Itarana, Planaltino, Santa Inês, São Miguel das Matas e Ubaíra.

³ Devem-se ver os dados da SEI com ressalvas, por se tratar de uma Proxy.

⁴ Valor aproximado, não se pode auferir valor exato do PIB municipal

Como se pode notar o município de Maracás apresenta índices aquém do estado da Bahia no que diz respeito ao desenvolvimento. Logo, a pesquisa sobre o impacto do Programa Bolsa Família na economia local constitui-se em uma oportunidade para averiguar se as superações das adversidades foram encorpadas.

Este estudo trabalhou com as hipóteses de que o aumento da renda dos assistidos tem contribuído para alavancar o crescimento do comércio local, acarretando em impactos positivos sobre o número de empregos e a arrecadação municipal. Ou seja, considerando que este programa transfere quantias monetárias significativas para os municípios e que estas transferências são direcionadas para as pessoas de baixo poder aquisitivo, espera-se que haja impactos positivos na economia local, com aumento do consumo e, conseqüentemente, uma maior dinamização econômica. Além disso, conhecer a eficiência ou ineficiência do programa ajudará no aperfeiçoamento do mesmo, assim como a busca de outros meios que auxiliem em melhores resultados, visando à qualidade de vida dos assistidos e da população como um todo.

A investigação lançou mão de aportes microeconômicos e macroeconômicos para analisar o consumo das famílias beneficiadas e seu impacto no sistema econômico de Maracás. Inicialmente explicita que o trabalho considerara como impactos econômicos a variação no consumo, na renda, na produção e nos tributos. A função macroeconômica da procura agregada é $Y = C + I + G + X$, em que Y = renda, C = consumo, I = investimentos, G = gastos do governo e X = exportações. Por não ter como medir as exportações do município e o fato de os investimentos serem pequenos, o trabalho se aterá ao consumo e aos gastos do governo, mas especificamente a transferência de renda direta feito pelo governo federal, por meio do Bolsa Família. O consumo e a renda são meios pelos quais se consegue medir o crescimento econômico de determinada região, pois uma variação positiva de uma dessas variáveis impacta positivamente a economia. Pressupõe-se que o aumento da renda ocasionada pelo PBF levará a o aumento do consumo, isto fará com que haja reflexos positivos na dinâmica econômica local.

Para mensurar os impactos econômicos, também foi utilizado o multiplicador de gastos proveniente dos aportes do PBF em Maracás, tendo como base os trabalhos de Lopes (2003), que analisa o impacto econômico e financeiro da Universidade Estadual do Sudoeste

da Bahia na economia de Vitória da Conquista-Ba e o de Silva (2008), que analisa os impactos econômicos da indústria mineral no município de Brumado-Ba.

A utilização do multiplicador de gastos justifica-se devido ao fato que ele permite captar as variações no consumo local. O multiplicador de gastos é a variação da renda decorrente do aumento do consumo, isto é, qual o incremento da renda em função dos acréscimos no consumo. Segundo o modelo, o consumo está em função da renda e é determinado pela equação $C = a + c.Y_d$, onde $0 < C < 1$, sendo C = consumo, a = consumo autônomo; c = propensão marginal a consumir e Y_d = renda disponível. O múltiplo $1/(1-c)$ é chamado de multiplicador. (DORNBUSCH E FISCHER, 1991, p. 92-93). O multiplicador excede a 1, isso implica dizer que uma variação dos gastos aumenta a renda em um valor superior.

Quanto maior a propensão marginal a consumir, maior será o multiplicador, pois significa que maiores parcelas da renda auferida serão consumidas e, portanto, adicionada à demanda agregada. (DORNBUSCH E FISCHER, 1991, p. 93-94). Isto implica dizer que quantias monetárias injetadas na economia, como é o caso do Bolsa Família, terá maiores impactos econômicos quanto maior for à propensão marginal a consumir.

Os procedimentos metodológicos utilizados foram revisão bibliográfica, análise documental, observação direta, análise comparativa, aplicação de questionários e entrevistas. No primeiro capítulo, a partir da revisão bibliográfica, tratou-se a respeito do crescimento/desenvolvimento, demonstrando sua evolução, além do consumo das unidades familiares, no intuito de selecionar as categorias de análises para mensurar o impacto econômico do PBF em Maracás.

No segundo capítulo faz-se uma explanação sobre o Programa Bolsa Família mostrando seu arcabouço, funcionalidade e críticas, para que o leitor tenha o conhecimento do programa, relacionando-o com as políticas sociais e as transferências de renda como propulsoras de impactos positivos nas economias locais. Foi feita uma entrevista com o gestor municipal do PBF, a fim de obter informações a respeito do funcionamento do programa no município.

O terceiro capítulo analisa o impacto econômico do PBF no município de Maracás. Para isso foi feita uma pesquisa de campo, visando coletar dados sócio-econômicos do

município e informações do PBF foram feitas entrevistas com algumas pessoas de rendas diferenciadas, para que a partir daí pudesse se chegar á propensão média a consumir da população local. Buscou-se primeiramente saber o nível de gastos da população e posteriormente, o gasto no município. Além disso, foram aplicados questionários a alguns beneficiários do PBF, a fim de constatar o aumento de renda dos mesmos, assim como o consumo de bens de primeira necessidade.

A multiplicação dos gastos dos beneficiários com os demais colhidos aleatoriamente, chegou-se a propensão média a consumir da renda disponível no município. Conhecida essa variável pode-se aplicar o multiplicador de gastos e avaliar o impacto econômico das transferências do PBF na economia de Maracás.

De posse dos dados fez-se um estudo comparativo entre as transferências provenientes do PBF com a receita municipal e algumas outras transferências (Estaduais e Federais) recebidas pelo município. Por fim, foram feitas as considerações finais.

1. CRESCIMENTO ECONÔMICO *VERSUS* DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Quando se quer averiguar o impacto econômico de um determinado programa governamental na economia de um município, pode-se visualizar resultado positivo (contribuição para aumento da dinâmica econômica) ou insignificante (pouca ou nenhuma modificação). Tal situação remete a pensar nas formas de promoção do crescimento/desenvolvimento e o debate que cerca tal problemática.

Segundo Souza (2005, p. 5), existem alguns teóricos que tratam crescimento e desenvolvimento como a mesma coisa, enquadram nesse conceito teóricos neoclássicos como James E. Meade e Robert Solow, Roy F. Harrod, Evsey Domar e Nicholas Kaldor. Na outra corrente de pensamento em que há diferenciação desses termos, destacam-se pensadores que trataram do tema durante os finais da década de 1950 e metade dos anos 1970, como Arthur Lewis, Albert Hirschman, Gunnar Myrdal (1968) e Albert Nurkse⁵. (SOUZA, 2005, p.5).

Os autores que trabalham com a diferença conceitual entre os dois termos, salientam que o crescimento é indispensável, mas não suficiente para o desenvolvimento “[...] a experiência tem demonstrado que o desenvolvimento econômico não pode ser confundido com crescimento econômico, porque os frutos dessa expansão nem sempre beneficiam a economia como um todo e o conjunto da população.” (SOUZA, 2005, p. 5).

Essa distinção é muito importante para que os elaboradores de políticas macroeconômicas tenham em mente que diversas variáveis, como educação, saúde, habitação, assistência social, infra-estrutura, avanços tecnológicos entre outras são tão importantes quanto o aumento do Produto Interno Bruto (PIB) para se alcançar o desenvolvimento. No caso deste trabalho, tal diferenciação conceitual permitirá eleger as categorias de análises e classificar o impacto que o Programa Bolsa Família ocasiona na economia de Maracás.

⁵ Lewis (1969), Hirschman (1974), Myrdal (1968) e Nurkse (1957).

Dessa forma, o atual capítulo discorrerá sobre o debate do que é crescimento/desenvolvimento, interligando-o com o programa de transferência de renda. Assim sendo, este trabalho trará a princípio uma revisão da visão geral e mais discutida do assunto, para que a partir do entendimento desta, possa-se estender para o específico, isto é, a realidade das economias locais, entendendo assim as dinâmicas dessas economias. Logo, será utilizada as categorias do crescimento/desenvolvimento como referencial teórico do trabalho, assim como a unidade de consumo familiar. O próximo item traz um breve histórico do debate a cerca do crescimento/desenvolvimento.

1.1 Histórico

Durante muito tempo, o Estado deixou a economia funcionar de forma livre, cabendo ao mercado o papel de propulsor do crescimento. No entanto, após a crise de 1929, se viu “obrigado” a intervir de forma mais direta, visando à recuperação das economias nacionais.

A tradição do estado regulador, de acordo com Giambiagi e Além (2001), vai além das exigências de comprimento de leis antitrustes e de criação de agências que assegurem a conduta competitiva e regulação dos monopólios naturais. O Estado deve conduzir a política monetária e fiscal, deve-se controlar as flutuações econômicas e influenciar a distribuição de renda, bem como direcionar o crescimento e o desenvolvimento econômico (OLIVEIRA, 200, p. 3).

Como exposto na citação acima, o Estado passou a desempenhar as mais diversas funções em busca de promover o crescimento econômico. E como salienta Oliveira (s.d.), o desenvolvimento pode ocorrer com a colaboração das três esferas, e com embasamento das teorias de crescimento.

A partir dos anos 1930, estudos foram realizados por algumas instituições, com o intuito de caracterizar os países, classificando-os em desenvolvidos e subdesenvolvidos. As informações levantadas mostram que a adoção de políticas monetárias e fiscais é de suma importância para a superação das crises econômicas, assim como a identificação das causas da

pobreza da maioria dos países do globo (SOUZA, 2005). Combater esse problema passou a ser uma questão econômica, humanitária e política (MEIRE E BALDWIN, 1968, p. 25 *apud* SOUZA, 2005, p. 3).

Para Souza (2005), até esse momento não havia por parte do Estado uma preocupação com o desenvolvimento econômico, mas apenas a priorização do poderio econômico e militar de cada nação. Porém, após a segunda guerra mundial, há uma mudança nesse sentido, com o novo modo de acumulação capitalista, em que há uma priorização do crescimento econômico, visando um posterior desenvolvimento.

Mas isso se fazia de forma nacional ou em grandes blocos. Sendo que esta atitude dos Estados, de intervir diretamente na economia de forma a desenvolvê-las ia de encontro ao modelo neoliberal, que pregava que o mercado deve ser o indutor do crescimento, ficando o estado com uma interferência mínima em áreas que o setor privado não tem interesse em promover, como a segurança nacional. Isto demonstra que os governos perceberam que o mercado sozinho não é capaz de alavancar o crescimento, menos ainda o desenvolvimento.

No entanto, a “postura” adotada pelos governos nacionais, no sentido de desenvolver as nações não estava sendo eficaz, pois havia muitas desigualdades regionais dentro das nações e entre estas. Tentando sanar tais disparidades foram implantados os novos modelos de desenvolvimento regional, basicamente baseado na aglomeração industrial, em que grandes capitais eram investidos em determinadas regiões, com a interferência direta ou indireta do Estado.

Contudo, para Lopes (2003, p. 37) apenas após a segunda guerra mundial é que há um interesse em se estudar e planejar modelos de desenvolvimento regional, que se refere à atenção dispensada dos governos centrais a algumas regiões dentro de seus respectivos países, como forma de superar as conseqüências deixadas pelo combate bélico.

No caso brasileiro tentou-se desconcentrar o pólo econômico da região sudeste para as outras regiões, para que estas pudessem crescer e ajudar a desenvolver o país como o todo, considerando que novos postos de trabalho surgiriam nessas localidades, aumentando a produção e o consumo.

Nota-se, porém, que a atenção é destinada à questão do aumento da produção, ou seja, o crescimento econômico é considerado a base para o desenvolvimento e este estava em

função do aumento da produção. Já no caso dos programas de transferências de renda direta, o aumento do consumo é que se tornou o responsável pela dinâmica econômica dos municípios.

Para Boisier (1989 *apud* Lopes, 2003, p.38) “Diante das primeiras experiências e dos acontecimentos do pós-guerra, o desenvolvimento regional converte-se numa importante atividade estatal, agora sob o amplo paradigma da “integração nacional”. O desenvolvimento regional como instrumento de estudo, portanto, ainda é recente.”

Segundo Lopes (2003), até os anos 70, este se dá de forma hierárquica, com as decisões partindo do governo central, em que assinala as seguintes características:

[...] estão associados ao conceito da industrialização como processo-motor do crescimento econômico (e da modernização), a idéia(concomitante) da urbanização e, finalmente, ao caráter marcadamente centralizador que, do ponto de vista da tomada de decisões, assumem as propostas de desenvolvimento regional (BOISIER, 1989, p. 597 *apud* LOPES, 2003, p. 38).

Como pode ser observado esse tipo de política desenvolvimentista é pautada na industrialização e urbanização, o que implica grandes investimentos em capitais, geralmente de outras regiões. Amaral Filho (2001) entende que esse modelo pode ser explicado por teorias consagradas, em que a principal característica é a aglomeração.

Para Lopes (2003), a partir dos anos 1980 há uma saturação do modelo “de cima para baixo”, ou seja, aquele em que o que determina o desenvolvimento regional são as ações dos governos centrais, através dos investimentos em determinada área, tendo a localidade um papel passivo.

Com isso, surge um novo paradigma, baseado na auto sustentabilidade e na endogeneização:

[...] as transformações nos modos de produção e organização industrial e o processo de globalização e abertura das economias nacionais vão alterar substancialmente a face do capitalismo e, em conseqüência, as teoria de desenvolvimento regional. [...] além de impor às empresas a necessidade de se envolverem num processo de aprendizagem contínua e interativa, fizeram com que elas levassem em conta, cada vez mais, os fatores locacionais em suas estratégias de competição. (LOPES, 2003, p. 40)

Portanto, passa-se a valorizar mais os fatores locais como meio de se alcançar o crescimento/desenvolvimento. Nos próximos itens serão abordados os conceitos de desenvolvimento regional e o local.

1.2. Desenvolvimento Regional

O conceito de desenvolvimento regional está mais relacionado à importância dada à divisão espacial, ou seja, passou-se a dar uma maior ênfase às partes de um todo. Isto significa dizer que durante muito tempo acreditava-se que as políticas adotadas nacionalmente conseguiam atingir todo o território, sem necessariamente direcionar para cada localidade, explorando assim suas potencialidades.

Esse pensamento surge da percepção de que existiam diferenças gritantes entre países e regiões no que concerne ao desenvolvimento e, portanto, o modelo vigente não estava sendo eficiente.

Para essa teoria, o desenvolvimento das regiões se dá de forma desigual, sendo as industrializadas as mais favorecidas. Buscando sanar essas disparidades, que para Amaral Filho (2001) é resultado, principalmente, das grandes transformações ocorridas nas últimas décadas, que culminou com o declínio de muitas regiões tradicionalmente industriais, assim como o surgimento de outras com novos paradigmas, surge esse novo modo de planejar, ou seja, a partir das regiões.

Essas mudanças podem ser visualizadas na flexibilização do processo produtivo, descentralização organizacional, resultado da globalização e da abertura comercial ao exterior. Para Amaral Filho (2001), as empresas tiveram que se adequar a esse novo cenário econômico, para superar os impactos sobre os custos e preços relativos dos produtos e serviços. Isto significa dizer que, para que a empresa se mantenha dentro do mercado de forma competitiva, era necessário explorar as potencialidades locais.

As teorias tradicionais que tratam o tema vêm na aglomeração industrial o meio para tal desenvolvimento. Porém, Arthur (1994) e Krugman (1991a; 1995a; 1996) *apud* Amaral Filho (2001, p. 263), estas são limitadas, por desconsiderar a dinâmica da endogeneização, resultado da própria concentração das indústrias, independente das ações das empresas, se atendo apenas para os custos e os lucros como determinante regional de desenvolvimento.

Apesar do domínio dessas teorias, a insatisfação com as explicações destas para o desenvolvimento regional, fez com que surgissem novos conceitos. Amaral Filho (2001) aponta três como principais: “o primeiro, o conceito de pólo de crescimento [Perroux, 1955]; o segundo, o conceito de causação cumulativa [Myrdal, 1957] e, o terceiro, o conceito de “efeitos para trás e para frente”.” [Hirschman, 1958] (2001, p. 263).

Para esses autores, a escolha da localidade em que ocorrerá a aglomeração vai depender de algumas condições, como a existência de firmas que possam interagir entre si de forma a se completar, assim como a consideração de escala mínima para as empresas.

No entanto, para Krugman (1995a *apud* AMARAL FILHO, 2001 p. 264), esses novos conceitos não lograram sucesso por falta de modelização, fator preponderante para a teoria econômica. Com isso, apesar desses novos autores terem dado uma dinamização na definição de desenvolvimento regional, acabaram “vencidos” pelas teorias tradicionais.

Tentando superar essas fragilidades, Arthur (1994) e Krugman (1991a; 1995a; 1996), *apud* Amaral Filho (2001) tentaram refazer a teoria da localização, incluindo os custos de transporte, as idéias marshallianas de economias externas, dos rendimentos decrescentes, além de instrumentos matemáticos para a formalização dos modelos (AMARAL FILHO, 2001, p. 264).

Além desses autores, os evolucionistas e os institucionalistas se embasaram nas externalidades para o desenvolvimento de seus modelos, porém acrescentaram à importância dos agentes locais no processo cumulativo (AMARAL FILHO, 2001, p. 265).

Para Lopes (2003), as teorias tradicionais viam o desenvolvimento local como exógeno, estimulado por ações externas, portanto, tratava-se da extensão das diretrizes de desenvolvimento dos governos nacionais. Estes utilizavam políticas redistributivas, como forma de diminuir as desigualdades regionais.

Porém, o debate acerca do desenvolvimento exógeno não se limita apenas ao regional, também existem várias discussões no que tange ao nacional. Para Arraes e Teles (2000) os modelos tradicionais dão ao capital físico o papel de força motriz do crescimento econômico, assim como desconsideram a possibilidade de alterações nos preços na difusão do conhecimento (2000, p. 757).

Durante muitos anos, os modelos tradicionais, ou seja, exógeno, foram utilizados para explicar o crescimento econômico. Como salientado anteriormente, estes modelos tinham na acumulação do capital a força motriz para o crescimento.

[...] utilizam-se uma função de produção que busca satisfazer a condição de proporções flexíveis no uso de fatores, garantindo assim que a poupança privada se iguale assim ao investimento ex post, eliminando o desemprego keynesiano e, conseqüentemente, garantindo a inevitável estabilidade fundamental de equilíbrio encontrada pelas conclusões do modelo. [...] as hipóteses fundamentais do modelo resume-se a rendimentos constantes de escala e rendimento marginal decrescente dos fatores (ARRAES e TELES, 2000, p. 756).

Baseado nisto é que se enfatizou a questão da aglomeração industrial em determinadas regiões, assim como a atração de várias empresas grandes como forma de se chegar ao desenvolvimento, pois assim conseguiam rendimentos de escala. No entanto, o que não se procurou dar, foi uma maior importância ao fato de que nem sempre essas indústrias, que muitas vezes são multinacionais, não reinvestiam na localidade em que estavam inseridas, o que seria fundamental para se chegar ao desenvolvimento.

Além disso, ao não considerarem os atores e potencialidades locais como fatores que desempenham papel primordial para o processo, o modelo acaba por torna-se pouco eficiente. Portanto, quando se analisa este modelo de forma mais geral, isto é, não se limitando apenas ao regional é possível ver algumas diferenças básicas, mas que pode fazer a diferença no resultado final.

[...] os modelos de crescimento endógeno permitem um melhor entendimento da dinâmica dos efeitos das política econômica em geral sobre diferentes patamares de crescimento, na medida em que políticas de comércio exterior, fiscal, educacional, de distribuição de renda, de formação

de infra-estrutura e de incentivos ao progresso tecnológico constituem-se em externalidades do processo produtivo.(spillovers) [...] Os modelos de desenvolvimento endógeno abrem a possibilidade teórica de existir divergência entre os níveis de renda de economias distintas, uma vez que modelos como o de LUCAS (1988), conclui que seria tendência normal haver a perpetuidade das diferenças dos níveis de renda per capita entre nações tidas como desenvolvidas e não desenvolvidas, devido à difusão e capacidade de absorção do conhecimento (ARRAES e TELES, 2000, p. 757 e 758).

Para os autores o modelo exógeno é limitado para explicar a dinâmica das economias atuais por não dar a ênfase necessária à tecnologia e ao conhecimento, estando este mais focado nos fatores de produção.

Trazendo para o regional, também não fica isento de críticas, pois o que se vê, especialmente em países em desenvolvimento, como o Brasil, é que se buscou por meio de políticas do governo central, atrair empreendimentos para algumas regiões do país, como forma de desenvolver as economias regionais, tentando desconcentrar o pólo econômico que se restringiam basicamente ao sudeste.

No entanto, o que se procurou foi criar pólos que trabalhassem com empresas em grandes escalas, sem levar em consideração o nível de conhecimento e tecnologia da localidade, assim como desconsiderou os atores e fatores de grandes potencialidades locais, de suma importância para o desenvolvimento sustentado.

Com isso, o que se pôde observar foi a vinda de grandes empresas para algumas regiões, atraídas por incentivos fiscais e por mão-de-obra barata, que se fixavam por um período, e, depois de esgotados os “bônus”, se retiravam para outra localidade. Estes empreendimentos contribuíam para a movimentação dessas economias enquanto ali permaneciam, mas não eram capazes de promover o desenvolvimento local.

Trazendo as características desse modelo para nosso objeto de estudo pode-se notar que assim como este, essas transferências de renda advinda do PBF, pode ser considerado um estímulo externo do governo federal, que a princípio tem como objetivo diminuir a pobreza, mas que ao injetar uma quantia significativa nas economias locais acabam por trazer uma dinamicidade econômica às mesmas. Porém, existe diferenciação no caso do programa em relação a esse modelo exógeno, pois neste caso, o “alvo” não é mais o aumento da produção e

sim do consumo. Mas, também é sabido na literatura econômica que o aumento do consumo estimula a produção.

Diante de tantas controvérsias sobre o modelo exógeno, é que se buscou outro que fosse capaz de fechar essas lacunas deixadas por este modelo. Seguindo essa linha de pensamento, é que surge o modelo de desenvolvimento endógeno ou local, que busca considerar as potencialidades de cada localidade para se desenvolver no longo prazo. Na próxima seção este novo modelo de desenvolvimento será explicitado.

1.3. Desenvolvimento Local

Não há um consenso na conceituação do que seria desenvolvimento local e como esse se daria. O mais recente e usual refere-se à exploração das potencialidades locais, com a participação ativa de seus agentes, visando agregar valor.

[...] Processo diferente no sentido que é voluntário e combinado, ou pelo menos conhecido, pelo conjunto de uma coletividade concreta na que se realiza um processo diferenciado daquele que ocorre em seu entorno próximo, mediante a introdução de inovações que geram valor adicionado a suas atividades produtivas e cotidianas (GONZALEZ, 1998, p. 6 *apud* BARROS; SILVA E SPINOLA, 2006, p. 94).

Considerando essa definição, pode-se deduzir que o desenvolvimento local e o endógeno são sinônimos, bem como a localização territorial tem um papel primordial de agente transformador, assim como as inovações.

Barquero (2002 *apud* BARROS; SILVA E SPINOLA, 2006, p. 94) “considera que os processos de desenvolvimento endógeno ocorrem graças à utilização produtiva do potencial de desenvolvimento possibilitado quando as instituições e mecanismos de regulação de território

funcionam eficientemente.” Isto implica que só ocorrerá o desenvolvimento, se houver estrutura física e institucional capaz de dar suporte a geração e perpetuação de valores.

Ainda segundo Barquero (1999) e Male (2001) *apud* Barros, Silva e Spínola, (2006, p. 94), esse modelo só funciona se existirem condições favoráveis tanto economicamente, importantes para atingir a eficiência produtiva e o torná-los competitivos; sócio-cultural, com a interação dos agentes locais, agregando valores que facilitem o desenvolvimento e politicamente, por incentivos que favoreçam a produção e conseqüentemente o desenvolvimento.

Portanto para esses autores o sucesso só poderá ser alcançado se houver a participação de todos os agentes da localidade de forma eficiente. Para Barros, Silva e Spínola (2006), os teóricos que trabalham com o desenvolvimento local têm um ponto falho, pois a maioria desconsidera a importância da geração de poupança na estratégia de desenvolvimento, que para os autores é essencial.

Para as teorias tradicionais, o desenvolvimento local se dá de forma diferente dessa explicitada acima. Segundo Lopes (2003) as abordagens conservadoras defendem que esse é a adequação dos governos locais aos modelos elaborados pelo governo nacional, que tem como objetivo o desenvolvimento geral (2003, p. 43).

Com isso o desenvolvimento é dado exogenamente por meio do governo central, através de políticas que visassem à amenização dos desequilíbrios entre as regiões. No caso do Programa Bolsa Família, o que se buscou foi melhorar a distribuição de renda, mesmo que de forma limitada, dando a oportunidade de algumas famílias consideradas carentes aumentarem sua renda, impactando no aumento do consumo.

Diante da insatisfação com as explicações e falta de consistência das correntes tradicionais, é que surge e ganha força essa nova abordagem de desenvolvimento local através da endogeneização.

Segundo Cassaroto Filho (1998 *apud* LOPES, 2003, p. 52), o Estado deve direcionar suas forças para alguns pontos estratégicos, a saber: a) homogeneizar os incentivos para o desenvolvimento empresarial; b) favorecer a consolidação das agregações municipais; c) formar uma força tarefa entre as regiões para estimular a circulação das idéias e competências

especializadas; e) desenvolver redes infra-estruturais; f) investir em economias externas e bens coletivos.

Nesse novo conceito, “os governos locais passam a surgir como um dos atores impulsionadores do processo de desenvolvimento econômico local, empreendendo iniciativas próprias e mais adequadas às particularidades de cada lugar” (LIMA; LOYOLA; MOURA, 2000, *apud* LOPES, 2003, p. 44).

A ruptura com os modelos tradicionais decorre da inconsistência desses modelos tradicionais em relação a três aspectos: 1. o aumento persistente da produtividade do trabalho e da renda per capita contraria uma das previsões teóricas fundamentais dos modelos tradicionais, segundo o qual haveria interrupção do crescimento econômico a longo prazo; 2. o crescimento das desigualdades nos níveis de renda entre os países e regiões contraria o pressuposto neoclássico de que haveria convergência entre os países pobres e ricos; 3. o padrão observado de mobilidade de fatores de produção e diferenciais de remuneração do capital e trabalho contradiz as previsões dos modelos neoclássicos convencionais (CLEMENTE; HIGACHI, 2000 *apud* LOPES, 2003, p. 48 e 49).

Com a necessidade de buscar respostas para as lacunas deixadas pelos conceitos convencionais surgem esses novos modelos, que têm uma visão diferenciada do papel dos fatores dentro do desempenho da economia local, com isso:

[...] fatores que antes eram considerados exógenos na determinação do crescimento passaram, então, a ser encarados como endógenos, o que levou fatores como capital humano, conhecimento, informação, pesquisa e desenvolvimento a dividirem com os fatores tradicionais, capital e força de trabalho, a composição da função de produção (AMARAL FILHO, 1995, p. 593 *apud* LOPES, 2003, p. 49).

Agora não mais o capital e o trabalho são os únicos responsáveis pelo desenvolvimento de uma determinada localidade, novas variáveis passaram a desempenhar um papel importante dentro dessa dinâmica, estas já não mais tidas como dadas exogenamente.

Para Lopes (2003) existem vários fatores que contribuem para o surgimento de novos modelos de desenvolvimento local, entre os quais o declínio de áreas tradicionalmente

industriais e a pouca eficácia nas tentativas de diminuir as desigualdades regionais (2003, p. 45). Segundo o autor, para se alcançar o desenvolvimento sustentável no longo prazo, tem que haver um novo papel do estado federado, estratégias de desenvolvimento regional ou local e valorização dos “novos” fatores de produção (2003, p. 65).

Já para a Redesist o desenvolvimento local está mais relacionado à aglomeração de empresas que desenvolvem atividades similares, os chamados Arranjos Produtivos Locais (APL), que são definidos por eles de: “aglomerações territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais - com foco em um conjunto específico de atividades econômicas – que apresentam vínculos mesmo que incipiente (BARROS; SILVA E SPINOLA, 2006, p. 96)”.

O principal condicionante territorial para o surgimento de sistemas produtivos locais é a capacidade de atração de atividades correlatas e complementares, capazes de estabelecer uma cadeia produtiva localizada, de tal forma que o poder e indução intersetorial seja internalizado na aglomeração (BARROS; SILVA E SPINOLA, 2006, p. 97).

Mesmo que haja diferenças conceituais de como se daria esse tipo de desenvolvimento, fica evidente a importância dada à aglomeração industrial e a ação dos agentes locais em sua concretização, assim como a interação entre as empresas de modo a torná-las competitivas, atraindo capitais para o local. Sobre as características atribuídas a esse tipo de desenvolvimento pelas várias correntes Lopes (2003) comenta:

[...] todas as vertentes têm em comum a ênfase dada aos governos e atores locais como agentes de transformação; a necessidade de explorar as capacidades locais, efetivas e potenciais como meio capaz de produzir o crescimento da região; e o fato de se apoiarem nas teorias sobre crescimento endógeno. Isto é, mediante o conhecimento do potencial endógeno, constituído pelos recursos econômicos, humanos institucionais e culturais de um lugar, pode-se analisar que elementos devem ser utilizados para promover o desenvolvimento local (LOPES, 2003, p. 47).

Importante notar que a identificação das possíveis potencialidades torna-se necessário para que de posse das informações os atores locais possam agir de modo a explorar da melhor forma possível esses recursos, com o máximo de eficiência, conduzindo a região ao

crescimento/desenvolvimento econômico. No entanto, não se devem desconsiderar as influências exógenas.

Para Amaral Filho (1995) existem duas formas de se conseguir o desenvolvimento endógeno:

[...] pode ser conseguido ‘de baixo para cima’, ou seja, partindo das potencialidades sócio-econômicas originais do local ou ‘de cima pra baixo’, isto é, através do planejamento e intervenção conduzidas pelo Estado (AMARAL FILHO, 1995, p. 591 *apud* LOPES, 2003, p. 65).

O conceito “de baixo para cima” parece ser o que mais se aplica dentro das teorias que trabalham com o desenvolvimento local, enquanto o “de cima para baixo” é abordado mais frequentemente pelos teóricos do desenvolvimento regional. No entanto, isso não significa dizer que não possa haver a aplicação de ambos os modelos nos dois casos, assim como a convergência destes para melhor impulsionar o crescimento das regiões/locais pretendidas.

A idéia de convergências entre os vários fatores é defendida como forma de garantir a especialização e a complementaridade produtiva por Casarotto Filho (1998) *apud* Lopes (2003) que define crescimento endógeno como:

[...] a capacidade de criar condições locais, as regras que permitam a cooperação entre atores com o objetivo do desenvolvimento dos conhecimentos individuais e comuns, para possibilitar um acúmulo de conhecimentos suficientes para o crescimento coletivo (CASAROTTO FILHO, 1998, p. 96 *apud* LOPES, 2003, p. 68).

Cada autor tem uma forma de conceituar e caracterizar esse novo modelo de desenvolvimento, porém todos convergem para a importância atribuída aos agentes locais como responsáveis para a dinamicidade do processo, assim como a exploração das potencialidades locais.

Para Amaral Filho (1995) *apud* Lopes (2003) o novo modelo de endogeneização das economias locais, se concretiza com a institucionalização das ações coletivas, firmadas entre o Estado e a sociedade civil (AMARAL FILHO, 2001, p. 268). Com isso, há uma relação entre

todos os agentes locais e os governos, buscando auferir resultados positivos tanto econômicos quanto sociais dentro de cada localidade.

[...] Há um amplo consenso em relação à idéia de que os processos e as instâncias governamentais centrais, na medida em que estão mais bem situados em termos de proximidade com relação aos usuários finais dos bens e serviços. Nessa perspectiva, supõe-se que as instâncias locais podem captar melhor as informações, além de poderem manter uma interação, em tempo real, com produtores e com consumidores finais (AMARAL FILHO, 2001, p. 269).

Os argumentos utilizados para definir a esfera local como a mais eficiente na promoção do desenvolvimento está na melhor alocação dos recursos e no reconhecimento das necessidades locais. Para Amaral Filho (2001, p. 270), esse novo papel tem-se balizado em um “modo de intervenção pragmático”, o qual não valoriza em absoluto o princípio neoliberal nem o princípio do dirigismo estatal.

A idéia do autor é que esses princípios não são mais capazes de coordenar de forma eficiente o desenvolvimento, considerando todas as mudanças ocorridas nos últimos anos.

Questões como a descentralização administrativa, fiscal e financeira entre as instâncias de governo: a descentralização produtivo-organizacional, ocorrida no setor privado; e o acirramento da concorrência em razão do ambiente econômico aberto têm criado forte necessidade de se promover, em nível regional ou local, um processo de aprendizagem sempre contínua e interativa entre os trabalhadores, entre esses e as empresas, e entre os dois conjuntos e as instituições públicas e privadas. [...] (AMARAL FILHO, 2001, 270).

Amaral Filho ainda afirma que:

[...] enquanto os estados centrais tenderam, nos últimos anos, para a adesão mais firme ao paradigma neoliberal; os Estados federados e os subsistemas nacionais de governo procuraram, no modo de intervenção do tipo pragmático, a forma mais convincente de intervir nos problemas, mesmo porque são os governos locais ou subnacionais que recebem o impacto mais direto e imediato das grandes contradições pela quais passa o capitalismo contemporâneo (AMARAL FILHO, 2001, p. 270).

Com isso, as transformações ocorridas nos últimos anos no sistema capitalista têm levado os governos centrais e os regionais/locais a assumirem uma posição oposta no que concerne ao papel desempenhado dentro do desenvolvimento econômico. Isso não implica, no entanto, que os governos centrais tenham se isentado do processo, deixando apenas para os estados e municípios tal função. O que ocorreu foi uma mudança de comportamento, passando os governos locais a participarem de forma mais ativa.

Segundo Amaral Filho (2001, p. 270), o financiamento desse novo papel do Estado pode ser conseguido por meio da geração de poupança pública local e a recuperação da capacidade de investimento.

No entanto, isso não implica descartar a importância do papel do estado nacional, tampouco a influência das variáveis externas, mas apenas dar uma função de destaque aos atores locais, como identificador e explorador das oportunidades oferecidas por cada localidade, levando-a ao crescimento.

Outra forma de desenvolvimento pode ocorrer através da atração de investimentos privados por meio de incentivos fiscais e tributários, ou seja, subsídio ao capital, aliás, política muito comum nos últimos anos no país, especialmente nas regiões mais pobres. Essa modalidade é criticada por muitos autores, que acreditam que esses novos empreendimentos não são capazes de dinamizar as economias locais, pois geralmente estes reinvestem seus lucros em outras localidades, onde funcionam as matrizes, indo de encontro ao princípio fundamental das novas teorias de desenvolvimento endógeno, que é a retenção do excedente dentro da região, o que não ocorrem nesses casos.

Existem outros instrumentos utilizados pelas três esferas para tentar alavancar o desenvolvimento regional, uma delas é por meio de políticas sociais e de transferência de renda, que tendo como prioridade diminuir as desigualdades sociais e abolir a fome, acabam impactando nesse processo, posto que a melhoria na qualidade de vida da população é um indicador que compõe o quadro de desenvolvimento.

Há uma discussão levantada por alguns estudiosos sobre o uso de políticas sociais como fomentadora do desenvolvimento em regiões pobres, como é o caso da região nordeste do país, se contrapondo a outra corrente que defendem o subsídio ao capital, ou seja, políticas voltadas à atração de indústrias (SILVA e RESENDE, 2005, p.7). Para os autores,

considerando a grande concentração de renda, é mais eficiente subsidiar o indivíduo ao capital. Tentando eleger as categorias que melhor norteiam este trabalho como forma de classificar o impacto do PBF para o município de Maracás, as seções a seguir abordarão os conceitos de crescimento e desenvolvimento e suas diferenciações.

1.4. Crescimento Econômico versus Desenvolvimento econômico

Crescimento econômico é o aumento da capacidade produtiva da economia e, portanto, da produção de bens e serviços de determinado país ou área econômica (SANDRONI, 2001, p. 141). Para o autor este crescimento é definido basicamente pelo índice de crescimento anual do Produto Nacional Bruto (PNB) *per capita*. No entanto, não é apenas esse indicador que é utilizado para medir o crescimento de uma economia, outras variáveis também são usadas como, por exemplo, a proporção da receita poupada e investida e o nível de tecnologia.

A definição acima explicitada assemelha ao pensamento dos teóricos tradicionais, que defendem que o próprio crescimento econômico, isto é, o aumento do PIB *per capita* melhoraria a condição de vida da população e traria o desenvolvimento econômico, ao distribuir a renda entre os produtores.

Vale salientar que no caso de crescimento econômico a medida mais utilizada é a renda *per capita*, porém não a única. A questão do aumento da produção e da produtividade é outro ponto abordado.

No caso desse estudo, serão avaliados o PIB Municipal, o consumo, evolução dos empregos formais e a evolução das receitas municipais. A partir dessa análise, pode-se vislumbrar a importância PBF na economia local.

Já desenvolvimento pode ser definido como melhoria nas condições de vida de população como um todo. Nestes casos, variáveis como educação, saúde e assistência social têm um papel primordial, como podemos notar na reflexão de Celso Furtado:

O desenvolvimento não é apenas um processo de acumulação, de aumento de produtividade macroeconômica, mas principalmente o caminho de acesso às formas sociais mais aptas a estimular a criatividade humana e responder às aspirações da coletividade. Dispor de recursos para investir está longe de ser condição suficiente para preparar um futuro melhor para a massa da população. Mas quando o projeto social prioriza e efetiva a melhoria das condições de vida desta população, o crescimento se metamorfoseia em desenvolvimento. Ora, essa metamorfose não se dá espontaneamente. Ela é fruto da realização de um projeto, expressão de uma vontade política. As estruturas de países que lideram o processo de desenvolvimento econômico e social não resultaram de uma evolução inercial, mas de uma opção política orientada para formar uma sociedade apta a assumir um papel dinâmico nesse processo (FURTADO, 1961 *apud* CADERNOS DO DESENVOLVIMENTO, 2006, p. 25).

Existem situações em que estar havendo um crescimento acelerado, porém simultaneamente ocorre a piora de algumas variáveis como o desemprego, a concentração de renda, baixos investimentos, entre outros. Assim para a corrente mais crítica o desenvolvimento pode ser definido como:

[...] Existência de crescimento econômico contínuo (g), em ritmo superior ao crescimento demográfico (g^*), envolvendo mudanças de estruturas e melhoria de indicadores econômicos, sociais e ambientais. Ele compreende um fenômeno de longo prazo, implicando o fortalecimento da economia de mercado, a elevação geral da produtividade e do nível de bem-estar do conjunto da população com a preservação do meio ambiente [...] (SOUZA, 2005, p. 7).

Isto implica que para estes pensadores, tão importante quanto à criação de renda, é a sua distribuição. Não se pode pensar em somente aumentar o produto, se apenas uma pequena parcela será beneficiada, isto não traria melhoria na qualidade de vida da população como todo, posto que a maioria estivesse excluída, havendo portanto, a concentração da renda e, conseqüentemente, o aumento das disparidades econômicas e sociais.

Para esses críticos igualar o conceito de crescimento ao de desenvolvimento econômico não é concebível, pois não se pode restringir a uma única variável o papel de propulsor do desenvolvimento. E é justamente o aumento contínuo do PIB que caracteriza que um país ou região está crescendo economicamente, no entanto, isso não reflete em uma melhoria social.

Outro aspecto a ser considerado diz respeito à preservação ambiental e a melhor utilização dos recursos naturais, pois estes são escassos e esgotáveis. Para isso torna-se necessário à conscientização da sociedade como um todo, pois apenas as ações estatais não seriam suficientes. (SOUZA, 2005).

Para medir o grau de desenvolvimento de uma determinada região, deve-se considerar alguns indicadores como renda per capita, expectativa de vida, nível de escolaridade, entre outros. Segundo Souza (2005) houve melhorias significativas nesses indicadores na maioria dos países, inclusive nos periféricos como o Brasil, culminando na diminuição da desigualdade de renda. Ações dos governos voltadas para as áreas de saúde, educação e assistência social desempenham um papel fundamental para o alcance desses resultados.

Para o autor uma forma de medir o desenvolvimento é através do IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), elaborado pelo PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), em que três variáveis são utilizadas, a longevidade, a educação e o nível de renda (SOUZA, 2005, p. 17).

Para Furtado (1981) desenvolvimento tem sido utilizado pela história contemporânea em dois sentidos diferentes:

[...] O primeiro diz respeito à evolução de um sistema social de produção na medida em que este, mediante a acumulação e o progresso das técnicas, torna-se mais eficaz, ou seja, eleva a produtividade do conjunto de sua força de trabalho. [...] O segundo sentido [...] relaciona-se com o grau de satisfação das necessidades humanas [...] (FURTADO, 1981, p. 15-16).

Para o autor, conceitos ambíguos, especialmente no segundo sentido, por relacionar as necessidades humanas, que segundo ele quando não são as essenciais tendem a perder

nitidez fora de determinado contexto cultural. (FURTADO, 1981, p. 16). Com isso, o autor salienta a importância de se considerar a estrutura social, assim como o uso da ideologia na formulação e implantação de política de desenvolvimento.

A distinção entre crescimento e desenvolvimento é muito importante para que os elaboradores das políticas macroeconômicas tenham em mente que diversas variáveis, como educação, saúde, habitação, assistência social, infra-estrutura, avanços tecnológicos entre outras, são tão importantes quanto o aumento do PIB para se alcançar o desenvolvimento. No entanto, o que se observa é que apenas alguns caminharam nesse sentido, ficando os demais em situação de pobreza.

O resultado desse panorama é o alto índice de desemprego, que para Souza (2005) é a principal variável para a explicação das crises econômicas.

A grande depressão dos anos 1930 [...] coloca em evidência o grande drama social do desemprego. Tornou-se mais premente a ação do estado na economia, realizando investimentos diretos e manipulando políticas anticíclicas, com a finalidade de reduzir o desemprego e amenizar as repercussões sociais das flutuações econômicas [...] Os agentes econômicos têm como necessidades básicas que não podem deixar de ser satisfeitos. Desse modo, tanto a estabilidade torna-se condição necessária ao desenvolvimento econômico, como o crescimento precisa ocorrer em ritmo suficiente para atender às reivindicações das diferentes classes sociais, regionais e países. (SOUZA, 2005, p. 2)

Com isso, torna-se evidente o papel do Estado como agente econômico capaz de propiciar as condições necessárias para que haja o desenvolvimento. A adoção de políticas monetárias e fiscais é de suma importância para a superação das crises econômicas, assim como a identificação das causas da pobreza da maioria dos países do globo (SOUZA, 2005). Combater esse problema passou a ser uma questão econômica, humanitária e política (MEIRE e BALDWIN, 1968, p. 25 *apud* SOUZA, 2005, p. 3).

O aumento da pobreza muitas vezes está relacionado à má distribuição de renda e as desigualdades sociais, posto que em alguns países seja perceptível o crescimento do PIB, mas que, no entanto, não são acompanhadas pela melhoria da qualidade de vida da população, resultando, apenas em crescimento econômico e não no desenvolvimento. Essa constatação

vai de encontro ao pensamento clássico de que apenas o crescimento do PIB era o suficiente para se atingir o desenvolvimento.

Não se pode pensar que os países onde esteja havendo aumento do produto, mas que paralelamente há uma deteriorização ou mesmo a estagnação dos serviços básicos estão se tornando mais desenvolvidos. No entanto, é cabível a contribuição de Sachs (2001, p. 157-158) *apud* Oliveira (s.d.) ao enfatizar:

Por outro lado, o fato de que o desenvolvimento não está contido no crescimento econômico não deve ser interpretado em termos de uma oposição entre crescimento e desenvolvimento. O crescimento econômico, se repensado de forma adequada, de modo a minimizar os impactos ambientais negativos, e colocado a serviço de objetivos socialmente desejáveis, continua sendo uma condição necessária para o desenvolvimento. [...] Precisamos de taxas mais altas de crescimento econômico para acelerar a reabilitação social, uma vez que é mais fácil operar nos acréscimos do PNB que distribuir bens e rendas numa economia estagnada. (*apud* Oliveira, s.d. p.7).

Portanto crescimento econômico por si só não trará desenvolvimento, porém este fator facilita e é primordial para o processo, visto que isso faz com que os países tenham mais recursos para investir nas áreas essenciais para o desenvolvimento humano e social.

Diante disso, e trazendo para o local esse trabalho tenta avaliar qual a importância do PIB para alavancar o crescimento econômico e trazer melhorias sociais em Maracás, o que no médio e longo prazo poderia culminar no desenvolvimento. Para tanto, ante as várias variáveis que caracteriza o grau de desenvolvimento das regiões, este trabalho se aterá ao IDHM, enfatizando a educação.

Portanto, este trabalho tem o objetivo de avaliar sob a ótica econômica a importância do PIB, para tanto se abrirá mão de algumas análises como a do consumo, se houve ou não aumento deste no município. Outra variável diz respeito à evolução das receitas municipais, evolução ou não do número de empregos formais. Quanto às melhorias na qualidade de vida, o trabalho resalta as questões educacionais, como a aprovação, desistência e reprovação dos alunos, o índice de desenvolvimento humano, comparando com a Bahia e o Brasil. Além disso, será medido o impacto econômico por meio do multiplicador de gastos. Diante das variáveis a serem analisadas, torna-se importante uma explanação sobre o consumo das

unidades familiares, pois o programa beneficia justamente estas, ao transferir uma renda mensal às famílias pobres.

1.5. Consumo das unidades familiares

O consumo das unidades familiares é a maior expressão da demanda agregada, tendo como base a teoria macroeconômica. Logo, ao pensar em analisar o impacto do Programa Bolsa Família na economia de Maracás, torna-se necessário às considerações sobre o consumo das unidades familiares como referencial teórico, posto que este programa transfira renda diretamente para as famílias.

O consumo das unidades familiares se divide em bens duráveis, semiduráveis e não-duráveis, sendo este o mais estável por relacionar a subsistência. No caso dos assistidos pelo PBF, segundo estudos realizados pelo IBASE (2008) é justamente nos bens não-duráveis que concentra seus dispêndios.

Existem alguns fatores que determinam o consumo tais como: nível de renda disponível e riqueza; concentração na estrutura distributiva; expectativas culturais dominantes e estoques e crédito. No entanto, para Rossetti (2000, p.751) a renda disponível é a mais importante. O consumo está em função da renda disponível, se a renda disponível aumenta, o consumo tende a aumentar, o inverso também ocorre, isto implica que $C_f = f(Y_d)$. Para os beneficiários do Bolsa Família, essa transferência monetária aumenta sua renda, já bastante limitada, posto que para estar enquadrado no programa, as famílias precisam ter uma renda per capita baixa, ou ainda, torna-se a única renda auferida.

No caso em que não há a satisfação mínima de consumo, têm-se as transferências informais de renda entre as famílias (ROSSETTI, 2000, p.751). No entanto, existem famílias em que o consumo é inferior a renda disponível, neste caso ocorre poupança, ou seja, esta variável também está em função da renda disponível. Rossetti, baseado nas hipóteses do ciclo de vida de F. Modigliani e R. Brumberg e na de renda permanente de M. Friedman salienta

que: [...] além da renda disponível corrente, as diferentes formas de riqueza, humana e materiais, financeiras e reais, de que as unidades familiares são dotadas, afetam também seus dispêndios de consumo e seus níveis de poupança. [...] (ROSSETTI, 2000, p.752).

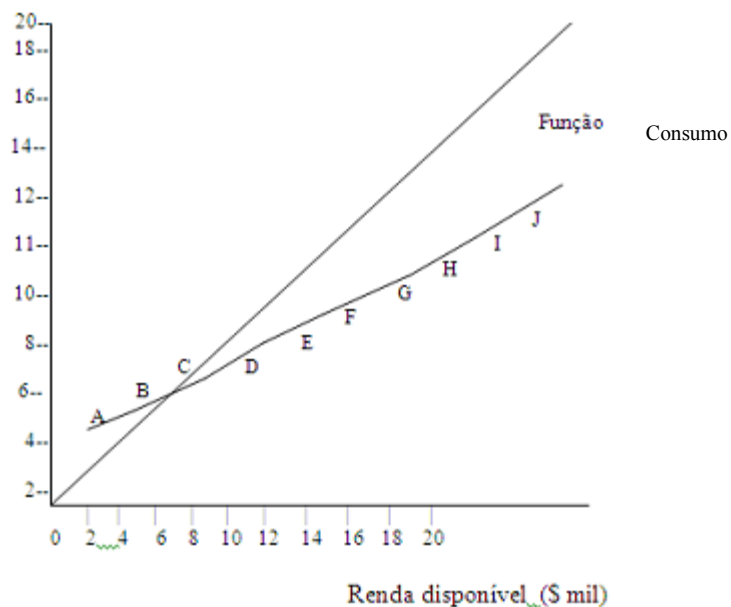
Com isso o autor propõe que famílias com mesma renda, mas com a riqueza diferente, tendem a ter um consumo corrente diferenciando, ou seja, a propensão marginal a consumir é maior para os que possuem uma riqueza maior. Com isso a função consumo passa a ser expressa da seguinte forma: $C_f = f(Y_D, W)$ em que Y_D é a renda disponível, transitória e permanente, e W é a riqueza total, humana e não-humana, convertidas em fluxos correntes de consumo pessoal. (ROSSETTI, 2000, p. 753).

A seguir tem-se um gráfico demonstrativo em que se mostra o gasto em consumo para alguns níveis de renda disponível das unidades familiares.

O gráfico1 mostra a trajetória do consumo de algumas famílias, considerando a renda disponível, para as “A” e “B”, seus gastos superam a renda, a “C” o gasto e o consumo são iguais, para as demais unidades familiares o consumo é inferior ao nível de renda disponível. No caso dos beneficiários do PBF, a probabilidade maior é que estejam no primeiro grupo, ou seja, dos que a renda disponível é inferior a seus gastos.

Gráfico 1 - Níveis de consumo de unidades familiares

Dispêndios de
Consumo
(\$ mil)



Entre outras variáveis que influenciam o consumo familiar está a repartição da renda e da riqueza. Quanto mais igualdade de renda e riqueza entre as famílias, maiores serão os dispêndios em consumo.

[...] A trajetória da função consumo de uma unidade familiar padrão mostra isso claramente: a relação entre o consumo e a renda é maior nos degraus inferiores, menor nos mais altos. As estruturas de repartição menos concentradas aumentam a capacidade de consumo das unidades familiares que se encontram na base da pirâmide de estratificação socioeconômica e reduzem a capacidade de poupança dos estratos do topo. (ROSSETTI, 2000, p.754).

O Bolsa Família parece tentar fazer justamente isso, aumentar a renda das esferas mais baixas, estimulando o consumo e ao mesmo tempo diminuindo, mesmo que de forma limitada, as diferenças de renda entre as famílias.

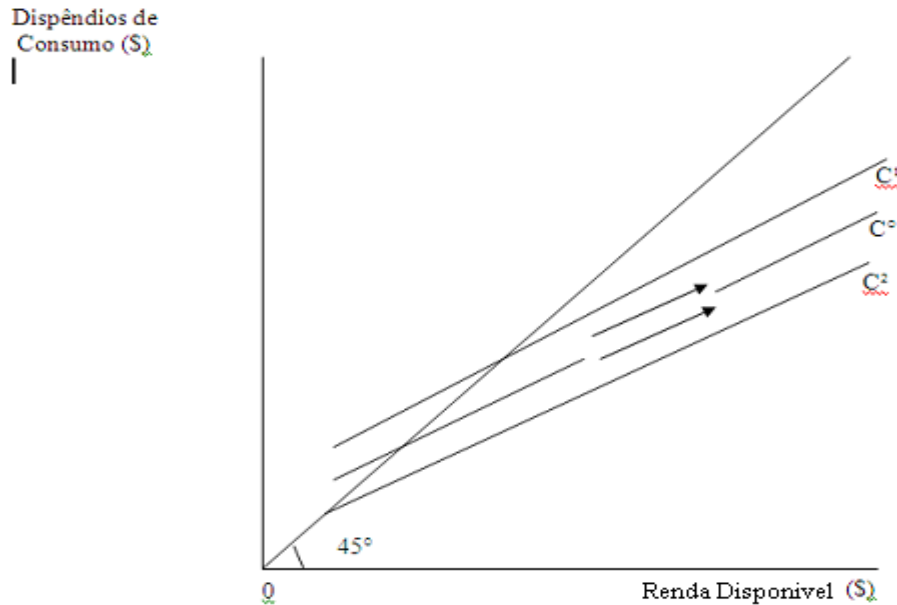
Além das variáveis citadas anteriormente, as expectativas e culturas dominantes e estoques e créditos influenciam os dispêndios em consumo. Portanto, as perspectivas dos acontecimentos futuros, tanto em relação às variações de preços quanto às condições de abastecimentos atingem o consumo corrente, aumentando ou diminuindo a propensão marginal a consumir. Outros fatores subjetivos como ostentação, hábitos ligados à educação entre outros influenciam o nível de consumo.

O nível de estoque dos consumidores pode influenciar o consumo em relação à renda disponível, assim como a disponibilidade e os custos do crédito direto ao consumidor. Pois para aquelas famílias que já possuem bens de consumo duráveis, a troca só é feita quando este se torna obsoleto ou caso seja estimulada por novos lançamentos e promoções, por exemplo. No caso das unidades familiares em que não há bens de consumo duráveis, estas se tornam ávidas por adquirirem estes produtos, melhorando seus padrões de vida material e, conseqüentemente, aumenta a propensão marginal a consumir.

A função consumo sofre modificações, resultantes de aumentos ou reduções da renda disponível na reta C_0 , de A para B ou de B para A. A função como uma toda pode ser deslocada devido a outros fatores, como a repartição de renda, as expectativas, os estoques e

créditos, neste caso de C_0 para C_1 ou C_2 , reduzindo ou ampliando os gastos de consumo para os mesmos níveis da renda disponível, conforme mostra o gráfico 2.

Gráfico 2 - Dispêndios em consumo em relação à renda disponível



Este trabalho se aterá ao consumo, posto que o nível de poupança dos assistidos do PBF é quase nula, mostrada por algumas pesquisas, como a feita pelo IBASE (2008).

O consumo está relacionado com o nível de renda disponível, e uma das formas de expressá-la é pela propensão média a consumir, de fórmula $PMeC = C_f/Y_D$, esta diminui à medida que a renda aumenta, pois apesar do aumento em termos absolutos do consumo, este relativamente decresce com o acréscimo da renda disponível.

Além desse conceito existe o de propensão marginal a consumir, que mede as variações no consumo das unidades familiares em resposta a variações na renda disponível. Esta relação mede o acréscimo dos dispêndios em consumo das famílias devido ao aumento da renda. Conhecido a importância desses gastos na demanda agregada, pode-se observar o peso da propensão marginal entre o consumo e a renda no crescimento dos níveis de produto e emprego na economia como um todo.

A propensão marginal a consumir está estreitamente relacionada ao efeito multiplicador dos dispêndios, quanto maior aquela, maior os efeitos multiplicadores sobre a

economia. Isto implica dizer que um aumento, autônomo ou induzido, de dispêndio tem potencial para aumentar a renda e o produto em proporção maior do que ele próprio.

Supondo que haja uma expansão no consumo, isto provocará uma variação positiva no produto agregado, que por sua vez aumentará a renda e gerará mais consumo, que aumentará o produto e assim sucessivamente. O multiplicador é representado por $k = 1/1 - PMgC$, portanto quanto maior a propensão marginal a consumir maior serão os efeitos multiplicadores dos gastos.

Neste trabalho é feita a mensuração do efeito multiplicador das transferências diretas de renda oriunda do Programa Bolsa Família para o município de Maracás. Considerando a alta propensão marginal a consumir dos beneficiários, é de se esperar que haja efeitos positivos para a economia local. No próximo capítulo faz-se uma explanação do programa relacionando-o com a importância das políticas sociais como potenciais propulsoras do desenvolvimento local, além de algumas críticas dos estudiosos do assunto sobre a eficácia ou ineficácia do programa no que se propõe.

2. O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

A alta concentração de renda existente no Brasil aumenta as desigualdades no país, fazendo com que haja a necessidade de buscar meios para saná-las ou pelo menos minimizá-las. Para Barros e Carvalho (2003), a sociedade brasileira tem uma característica peculiar, pois possui uma riqueza relativa elevada e ao mesmo tempo uma parcela significativa de pessoas vivendo na pobreza.

Dois terço dos países do mundo apresentam renda per capita inferior à brasileira, que é seis vezes maior do que o montante requerido para a satisfação das necessidades nutricionais de uma pessoa, e três vezes maior do que o requerido para a satisfação das necessidades básicas (Barros e Carvalho, 2003, p 2).

O que se percebe, portanto, é que o maior problema está em como utilizar os mecanismos corretos e eficazes na distribuição da renda, e não na falta de riqueza por parte da nação. Diante desse quadro surge uma necessidade cada vez crescente da intervenção estatal por meio de políticas sociais que venham trazer uma melhor equidade de renda.

No entanto, Barros e Carvalho (2003) salientam que esta política deve ser flexível, pois apesar da pobreza se dá na instância global, sua solução deve ser local. Além disso, sua efetividade só ocorrerá se houver um alto grau de colaboração e engajamento por parte dos beneficiários.

Ainda segundo os autores o país conseguiria reduzir em 10% a situação de extrema pobreza caso houvesse uma redução em 10% na desigualdade, o que não ocorreria apenas com o crescimento econômico. (2003, p.3).

A questão da desigualdade dentro das economias nacionais já faz parte das discussões de diversos teóricos que abordaram o assunto. Keynes (1992) atribuiu a desigual distribuição da riqueza e das rendas aliada a incapacidade de se chegar ao pleno emprego como os principais defeitos da sociedade econômica.

A visão keynesiana sobre a má distribuição de renda como o mal da economia retrata bem a questão brasileira, pois apesar de possuir um elevado PIB tem convivido com um índice

bastante elevado de pobreza. Segundo Barros e Carvalho (2003, P. 2), mesmo com amplos recursos disponíveis, 34% da população vivem em situação de pobreza e cerca de 15%, em situação de extrema pobreza.

Mas com o aumento das desigualdades em vários países, tem-se percebido nos últimos anos uma opinião consensual por parte dos países ocidentais, incluindo o Brasil, sobre o papel do estado como provedor das necessidades básicas dos indivíduos que por alguma razão não conseguem se sustentar, por não conseguirem se ingressar no mercado de trabalho, por sua incapacidade física ou mental, por indigências, entre outros.

Considerando a situação de pobreza vivenciada por uma parcela significativa da população brasileira e a necessidade de buscar meios para minimizá-la, várias discussões foram suscitadas a respeito da importância de se criar políticas que visem à erradicação da pobreza, com conseqüente diminuição da desigualdade de renda. A princípio são criados alguns programas experimentais de transferência de renda em âmbito local e regional.

A partir de 2001 estes programas foram ampliados para todo o território brasileiro, assim como a diversificação dos mesmos. Estes novos programas de transferências de renda implantados pelo governo brasileiro têm a pretensão, principalmente, de evitar o trabalho infantil assim como aumentar o grau de escolaridade dos assistidos.

Para Lavinias (1998) a idéia é que ao elevar o nível de instrução dessas crianças, permitirá uma ampliação da sua capacidade futura de geração autônoma de renda, culminando com o término do círculo vicioso da reprodução da pobreza. No próximo item será feita uma pequena explanação sobre políticas sociais e a promoção do desenvolvimento local, destacando o PBF, logo em seguida será feita à descrição do mesmo.

2.1. Políticas Sociais e Transferência de renda: uma nova forma de promover o desenvolvimento local pelo Estado?

As políticas sociais fazem parte de um leque de políticas públicas implementadas pelo Estado. Na concepção de Cristóvam (2005) *apud* OIVEIRA,(s.d., p. 4)., estas podem ser assim definidas:

“As políticas públicas podem ser entendidas como conjunto de planos e programas de ação governamental voltados à intervenção no domínio social, por meio das quais são traçadas as diretrizes e metas a serem fomentadas pelo Estado, sobretudo na implementação dos objetivos e direitos fundamentais dispostos na constituição.” [...] (CRISTÓVAM, 2005 *apud* OIVEIRA, s.d., p. 4).

As decisões estatais influenciam a vida de toda a população e, conseqüentemente, as regiões das quais fazem parte. Portanto, cabe ao estado por meio de suas decisões, alocarem seus gastos de forma a trazer benefícios às regiões.

As políticas sociais estão mais relacionadas às ações governamentais na garantia de direitos e na melhoria na qualidade de vida dos cidadãos, assim como a diminuição das desigualdades e correção dos efeitos negativos deixados pelo capitalismo, isto na visão tradicional (PASTORINI, 1997 *apud* ROTA *et al*, 2006, p. 15). Já que para o mesmo autor, na concepção marxista, além da função redistributiva, possui a função política e econômica. Partindo dessa segunda linha de pensamento, que se passou a pensar as políticas sociais como instrumento de desenvolvimento.

[...] as políticas sociais podem transformar-se em mecanismos impulsionadores de processos de desenvolvimento na medida em que potencializam os arranjos produtivos locais pela qualificação das habilidades produtivas das pessoas, pela ampliação das oportunidades de negócios, investimentos e espaços de trabalho, pela expansão das capacidades criativas dos agentes, pela melhora generalizada das condições de vida da população e pela criação de um ambiente favorável ao crescimento econômico com maior equidade social (ROTTA *et al*, 2006, p.2).

Quando uma determinada política ou programa social é posto em prática, geralmente busca-se a melhora de alguns indicadores sociais. A melhoria do capital humano, fundamental dentro do processo de desenvolvimento, pode acontecer em decorrência de uma política educacional eficiente. O conjunto dessas ações de melhorias sociais é de suma importância para que haja o processo de desenvolvimento. Sobre a necessidade de articulação de tais políticas com as econômicas, Cohn (1995) comenta que:

[...] a tendência atual é de o crescimento econômico vir acompanhado de um decréscimo da capacidade de criação de novos empregos, e, no caso

particular de nossas economias, do volume de postos de trabalho já existentes associado a uma crescente deterioração da qualidade do emprego; [...] reverter essa lógica significa que a nova articulação entre política econômica e política social implica o reconhecimento de que aquela contém uma forte dimensão social(pelo que pode representar enquanto aumento de poder aquisitivo real dos segmentos sociais de mais baixa renda e criação de novas oportunidades de geração de renda por meio de políticas específicas) e que, reciprocamente, esta contém uma forte dimensão econômica, até pelo que representa enquanto oportunidade de criação de novos empregos e de demanda do setor produtivo (CONH, 1995, p. 3).

Portanto para a autora a própria evolução do sistema capitalista, trouxe consigo a obrigação de pensar desenvolvimento a partir da interdependência das políticas econômicas e sociais. Por isso, a importância de criar modelos que tenham equidade entre o crescimento econômico e o social (COHN, 1995).

Esse tipo de política se torna ainda mais importante para as regiões mais atrasadas, que sofrem mais com as distorções trazidas pelo capitalismo, posto que a falta de estrutura aliada as fortes desigualdades de renda tornam-se agravantes. Diante disso, ações direcionadas a melhoria da qualidade de vida da população local, assim como a injeção de dinheiro na economia por meio de transferência de renda, por exemplo, tem um papel relevante no processo de desenvolvimento.

Segundo estudo realizado por Silva e Resende (2005, p. 19) algumas variáveis socioeconômicas, tais como acesso à saúde básica, à educação e à água encanada tem correlação positiva com a renda por habitante na região nordeste. Considerando que o aumento da renda per capita é um dos principais indicadores do crescimento econômico, condição necessária, mesmo que não suficiente para o desenvolvimento econômico, conclui-se que a adoção de políticas sociais é um instrumento importante para tal processo.

Nesse sentido, o Programa Saúde da Família (PSF) segue na direção correta, pois é uma ação na qual os profissionais de saúde auxiliam no planejamento familiar, acompanham a fase do pré-natal das gestantes e realizam o atendimento básico dos moradores atendidos. Não obstante, as taxas de mortalidade e fecundidade do Nordeste ainda são altas em relação à média brasileira, havendo, pois, espaço para um aprofundamento por parte dos governos estaduais e municipais nordestinos na complementação de programas ao estilo PSF (SILVA e RESENDE, 2005, p. 19).

Quando se fala em ações estatais, não se deve pensar apenas no governo central, mas também nas outras esferas, que desempenham funções importantes, especialmente após a Constituição de 1988, com a descentralização político-administrativa.

O resultado mais visível dessas mudanças foi a transferência de algumas obrigações do Estado Nacional para as demais instâncias, sem os correspondentes recursos para seus cumprimentos. Segundo Rotta *et al* (2006, p. 7) situação agravada ainda mais com a Lei Kandir, prejudicando a efetivação dos programas sociais.

[...] esta política vitimou diretamente os setores mais carentes da sociedade, que dependem crucialmente de serviços prestados pelo poder público, sobretudo em nível estadual e municipal. Hoje, a grande maioria das escolas públicas de primeiro e segundo grau assim como os postos de saúde, hospitais e prontos socorros públicos são mantidos e operados pelos estados e municípios [...]. Não resta dúvida de que o resultado foi não só um aumento do déficit de estados e municípios, [...], mas uma deterioração dos serviços sociais – de saúde, educação, assistência social e outros – prestados por estados e municípios (SINGER, 2003, p. 39 *apud* ROTTA *et al*, 2006, p.7).

No caso brasileiro, as modificações que se fizeram no campo constitucional parecem terem estimulado a recuada do Estado Central nas provisões das políticas sociais, ao mesmo tempo em que centralizou a arrecadação, criando um cenário paradoxal, com fortes resultados negativos para as regiões.

Tentando minimizar as distorções sociais e regionais e, principalmente, seguir a “cartilha neoliberal” de ajustes fiscais, e, portanto, diminuição de gastos, a partir da década de 1990, a União passa a canalizar suas forças para programas de transferência direta de renda. Estes têm como características marcantes a transferência monetária e a focalização na camada mais carente da sociedade. Esse tipo de ação é alvo de muitas críticas, pois muitos acreditam que favorecem o clientelismo, além de não abranger a todos os que necessitam.

No entanto, existem os defensores dessa política que argumentam que diante das restrições orçamentárias e do alto índice de pobreza, este é o caminho mais viável. Para alguns autores, como Marques (2004), esse tipo de programa tem uma dupla função, além de melhorar a condição de vida dos beneficiários, ao dar-lhes a garantia de uma renda, ele tem

um efeito multiplicador de renda nas economias locais, especialmente nas menos desenvolvidas.

Segundo estudo desenvolvido por ela, um programa de transferência de renda como o Bolsa Família, o maior do país, tem forte impacto sobre as economias de algumas cidades. Quanto menor receita disponível estiver o município, maior será sua importância relativa (MARQUES, 2004, p.13.). A pesquisa demonstrou que existe cidade em que 30% da população tem sua renda garantida pelo programa, portanto, as atividades econômicas são em boa parte realizadas pelo programa.

Tentando demonstrar a importância que esse tipo de programa de transferência de renda direta tem para a economia de alguns municípios brasileiros, especialmente os menos desenvolvidos, destacando os pertencentes à região nordeste, a autora aponta que em alguns casos, como o de Pedra Branca, no Ceará, os recursos transferidos pelo Bolsa Família corresponde a 43% da Receita Disponível do município (MARQUES, 2004, p.14).

Além disso, esse tipo de programa parece ter um efeito importante no que tange a diminuição das desigualdades, estimativas apresentadas pelo IPEA (2006), *apud* Camargo e Reis (2007) mostram que aproximadamente um terço da redução da desigualdade havida no período, a partir de 1990, resultou em um conjunto de programas de transferências de renda financiados, em parte ou totalmente, pelo governo. (CAMARGO e REIS, 2007, p.251).

Com isso pode-se concluir que, programas de transferências de renda têm um papel relevante dentro do desenvolvimento local, pois garantem uma fonte de aquisição de recursos por uma parcela significativa da população, que passam a consumir bens que antes não poderiam, movimentando a economia do município.

Além disso, o fato do programa ter condicionalidades direcionadas à saúde e educação faz com que os beneficiários tenham acesso a serviços essenciais para uma melhoria na qualidade de vida.

Considerando que desenvolvimento não se restringe ao crescimento da renda, apesar disto ser necessário, mas, sobretudo, melhoria nos indicadores sociais, que indica uma elevação no bem-estar da população, o programa parece desempenhar a função de propulsor do desenvolvimento. A seguir o PBF será descrito, para que os leitores possam conhecer seu funcionamento.

2.2. Descrição do Programa

O Programa Bolsa Família faz parte do Fome Zero, um projeto que visa garantir a segurança alimentar para uma parcela significativa da população brasileira, que vive em situação de extrema pobreza, buscando a erradicação da mesma, tornando essas pessoas menos vulneráveis. Esse programa de transferência de renda tem como objetivo primordial tornar acessível o atendimento da população carente aos serviços públicos essenciais. A saúde, a educação e assistência social são as prioridades do governo. Além de promover essa inserção, objetivando uma melhoria na condição de vida dessas pessoas, busca-se combater a pobreza e a insegurança alimentar.

Este programa é pautado em alguns objetivos importantes: alívio imediato da pobreza, por meio de uma transferência monetária para as famílias; reforço aos direitos básicos na área de saúde e educação, visando com isso à quebra do ciclo de pobreza entre gerações; utilização de programas complementares, com o objetivo de desenvolver as famílias de modo a deixá-las menos propícia a situação de pobreza.

Como pode ser observada, a prioridade do programa não é o desenvolvimento local, no entanto, na busca de se quebrar a pobreza entre as gerações por meio das contrapartidas exigidas em áreas tão essenciais, considerado por muitos pilares, como a saúde e educação, assim como a renda injetada nos municípios acaba impactando nas economias locais, especialmente nas pequenas cidades em que essas transferências têm uma representatividade maior como forma de complementação de renda e até mesmo como a única aquisição monetária mensal. Tal importância foi evidenciada no trabalho de Marques (2004).

2.2.1 Características do Bolsa Família

Bolsa Família é um programa de transferência direta de renda do governo federal para pessoas em situação de pobreza. Segundo O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome, em março foram beneficiadas um total de 11.086.369 famílias (BRASIL, 2006).

Implementado no início de 2004, como uma unificação de vários programas iniciados anteriormente, o bolsa escola, o bolsa alimentação, auxílio gás e o cartão alimentação. Esta junção, de acordo com o governo se fez necessária para que houvesse uma melhor racionalização e eficácia na execução dessa política social, reduzindo a sobreposição de programas.

Os beneficiários dos programas remanescentes foram transferidos para o Bolsa Família de forma gradual, enquanto isso continuarão recebendo seus benefícios precedentes . Essa mudança, geralmente, se faz de forma automática, sem necessidade de recadastramento, com a exceção do Bolsa Escola, que tem seu próprio cadastro, com a inclusão de apenas parte da família.

Como o Bolsa Família abrange toda a unidade familiar é necessário que estes beneficiários se inscrevam no Cadastro Único, complementando as informações, de forma a garantir o acompanhamento das condicionalidades de todos os membros da família.

Segundo Lei 10.836, de 09 de janeiro de 2004, em seu artigo 12, é atribuída à Caixa Econômica Federal (CEF) à função de agente operador do programa Bolsa Família, em que algumas obrigações foram estabelecidas, a saber:

- a) o fornecimento da infra-estrutura necessária à organização e à manutenção do Cadastro Único do Governo Federal;
- b) o desenvolvimento dos sistemas de processamento de dados;
- c) a organização e operação da logística de pagamento dos benefícios;
- d) a elaboração de relatórios;
- e) o fornecimento de bases de dados necessários ao acompanhamento, ao controle, à avaliação e;
- f) a fiscalização da execução do Programa Bolsa Família por parte dos órgãos do governo federal para tal fim.

Como ficou evidenciado acima, há um compromisso firmado entre a CEF e o MDS, para uma melhor execução do programa. A caixa passa mensalmente um relatório para o MDS, informando a quantidade de cadastrados no CadÚnico (Cadastro Único para Programas

Sociais), que atendem aos requisitos de elegibilidade do PBF, a partir desses dados e considerando a restrição orçamentária assim como a estratégia adotada para a expansão do programa, o MDS define a lista dos beneficiários para cada município, tendo como critério a renda per capita, da menor para a maior.

Como a renda per capita é o critério, é de se esperar que os municípios menos desenvolvidos sejam os mais contemplados pelo programa. E por isso, essa transferência monetária acaba tomando uma importância relativa maior para o desempenho econômico desses municípios.

2.2.2 Cadastramento, Seleção e Benefícios

A seleção do beneficiário é feita com base no CadÚnico, sendo as informações fornecidas pelos municípios. Cada cidade tem uma quota de famílias a serem atendidas, considerando o nível de pobreza do lugar, baseado nos dados do IBGE. O cadastramento não significa a inserção imediata ao benefício, o MDS seleciona de acordo a menor renda per capita. Após esse cadastramento, as pessoas recebem um Número de Identificação Social (NIS).

Atualmente, só poderá participar as famílias com renda per capita de até R\$ 120,00 com devido cadastro no CadÚnico, para as que tem crianças em idade escolar ou R\$ 60,00 para os que não possuem.

Todas as informações recolhidas são armazenadas num banco de dados no governo central, que posteriormente repassa para as demais esferas governamentais, deixando-as ciente da situação de pobreza que cada região se encontra, para que a partir daí possam elaborar e implementar políticas que visem atender as necessidades da população de cada localidade.

Apesar das informações serem primeiramente processadas pela União, é de responsabilidade dos municípios identificarem as famílias que se encaixam no perfil do

programa, levantando os dados que compõem os cadastros, ficando sob a responsabilidade do gestor municipal a veracidade e confiabilidade dos dados cadastrais.

O CadÚnico, é muito importante para o processo, pois através dele é possível obter informações sobre a composição familiar, renda, gastos da família, moradia e outras informações adicionais, facilitando a identificação dos potenciais favorecidos, além disso, por abranger as três esferas do governo, evita sobreposição de programas, visto que o CadÚnico também é utilizado por outros programas sociais.

A maneira mais confiável de se conseguir os dados é através da visita domiciliar, em que o entrevistador pode observar a realidade vivida pela família, diminuindo as chances de erros e aumentando a qualidade das informações recolhidas. Além disso, há pessoas que não saberiam como proceder para garantir seus direitos e ficariam dessa forma de fora do programa, mesmo atendendo aos requisitos. (BRASIL, 2004a).

Os benefícios são classificados como básico e variável, considerando a renda e a composição familiar. Os valores variam entre R\$ 62,00 e R\$ 182,00, sendo que cada criança corresponde a R\$ 20,00, no máximo três por família e aos adolescentes vinculam-se os valores de R\$ 30 reais.

Segundo o MDS, os valores são ajustados anualmente, levando em consideração o índice de inflação medido pelo INPC. Este reajuste leva em conta a importância do PBF para a aquisição de alimentos para as pessoas beneficiadas. (BRASIL, 2004a).

O pagamento desse benefício é feito mensalmente pela CEF ou unidade correspondente, através do cartão magnético. Esse órgão também é responsável pela notificação e entrega dos cartões aos novos beneficiários.

Os valores repassados podem ser complementados pelo estado ou município, dependendo da cooperação destes com o ministério, para implantá-la conjuntamente programas de transferência de renda. Deve-se ressaltar também que os beneficiários dos programas remanescentes não podem sofrer perdas financeiras, portanto, ao migrarem para o Bolsa Família, estes assistidos receberá uma quantia adicional denominada de benefício extraordinário, incluso no art. 19 do Decreto nº 5.209/04. (BRASIL, 2004).

2.2.3. Condicionalidades

As condicionalidades é um meio utilizado pelo governo para garantir o acesso dos beneficiários aos programas sociais básicos, visando uma melhoria nas condições de vida dos atendidos, garantindo as condições mínimas para a inclusão social. Portanto, trata-se de condições impostas pelo governo para que as famílias possam receber os benefícios financeiros mensalmente.

Essas condições são na área educacional e de saúde, e devem ser acompanhadas pelos órgãos designados para isso. Abaixo estão listadas algumas contrapartidas que os beneficiários devem seguir, tanto referente à saúde quanto à educação:

- a) inscrever-se no pré-natal e comparecer às consultas na unidade de saúde mais próxima de sua residência, portando o cartão da gestante, de acordo com o calendário mínimo previsto pelo Ministério da Saúde;
- b) participar de atividades educativas ofertadas pelas equipes de saúde sobre aleitamento materno e promoção da alimentação saudável;
- c) levar a criança à unidade de saúde ou ao local de campanha de vacinação, mantendo atualizado o calendário de imunização, conforme preconizado pelo Ministério da Saúde;
- d) levar a criança à unidade de saúde, portando a caderneta de saúde da criança, para a realização do acompanhamento do estado nutricional e do desenvolvimento de outras ações, conforme o calendário mínimo previsto pelo Ministério da Saúde;
- e) matricular as crianças e adolescentes de 6 a 15 anos na escola;
- f) garantir a frequência escolar à no mínimo 85% das aulas mensalmente. Se houver falta às aulas, é preciso informar à escola e explicar a razão;

- g) informar ao responsável técnico sempre que alguma criança mudar de escola. Assim os técnicos da prefeitura vão poder continuar acompanhando a frequência desses alunos beneficiários do PBF.

Com isso é percebido que as famílias estão condicionadas a alguns compromissos sociais, que devem ser garantidos pelo poder público. Cabe aos órgãos, acompanharem o cumprimento destas, visitando periodicamente as famílias beneficiadas, mantendo-se informado das frequências escolares e do acompanhamento aos postos de saúde, avaliação dos descumprimentos de condicionalidades, com sanções as famílias que estão nesta situação, assim como também estimular as famílias para o cumprimento das condições que as manterão no programa.

Quanto às condicionalidades referentes à saúde, o acompanhamento é feito pelo Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN). Os beneficiários devem ter acesso um posto de saúde básica, onde serão atendidos e receberão informações a respeito da importância do cumprimento dessas contrapartidas, deixando-as cientes da necessidade da melhoria nas condições nutricionais e de saúde. Há um controle por parte do Ministério da Saúde, através de um formulário preenchido pela equipe de saúde, que terá o papel de transmitir dados referentes aos atendidos, dando ênfase às questões nutricionais, especialmente das crianças e das gestantes (BRASIL, 2004a).

No que concerne à educação, fica sob a responsabilidade dos gestores estaduais e municipais o acompanhamento das matrículas e frequência dos alunos, com a devida orientação do MEC. Todas as unidades escolares têm o dever de passar essas informações aos gestores. Essa prática é imprescindível para o bom funcionamento do programa, visto que o não cumprimento das condicionalidades levará a advertência da família, com suspensão do pagamento e até o desligamento do programa, caso sejam reincidentes (BRASIL, 2004a).

No entanto, existem muitas críticas relacionadas ao programa no que concerne à eficácia dessas contrapartidas ao objetivo proposto, mesmo porque muito se questionam se o Estado disponibiliza tais serviços a todos e de forma eficiente. Além disso, alguns ressaltam que o programa deixa o indivíduo acomodado, isto é, deixam de trabalhar ou procurar trabalho, no caso dos desempregados. Porém algumas pesquisas como as de Marques (2004) e

a da IBASE (2008) discordam e contrapõem afirmando, que o valor do repasse é muito baixo para incentivar tais práticas.

2.2.4. Fiscalização e Controle Social

O controle social e a participação social pressupõem um certo controle por parte da sociedade das políticas sociais, tanto de forma individual quanto coletiva por meio de instituições.

Para o controle social do Programa Bolsa Família foram criados conselhos permanentes, tendo as funções de acompanhar, avaliar e fiscalizar a execução dessa política de transferência de renda. É composto por representação de diversos órgãos da sociedade e das esferas governamentais. O detalhamento desse controle é encontrado na Instrução Normativa MDS n° 1, de 20/05/2005. (BRASIL, 2005).

O MDS considera a fiscalização importante para garantir a efetividade e a transparência do Programa Bolsa Família, assegurando que os benefícios atinjam as famílias que atendam a elegibilidade do programa. Para o MDS a fiscalização pode ocorrer das seguintes formas (BRASIL, 2004a):

- a) ações *in loco* e à distância, realizadas pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS, por meio da Secretaria Nacional de Renda de Cidadania, conforme critérios e parâmetros estabelecidos na Portaria Senarc n° 1/2004;
- b) ações desenvolvidas pelas Instâncias de Controle Social, que devem acompanhar as atividades desenvolvidas pelo gestor municipal do Programa, auxiliando na definição de formas para melhor atender às famílias que se enquadram nos critérios do Programa, inclusive no que diz respeito à disponibilização de serviços públicos de saúde e educação que permitam o cumprimento das condicionalidades;

- c) auditorias e ações de fiscalização realizadas pelas instituições de controle interno e externo do poder executivo, a maior parte delas também componentes da Rede Pública de Fiscalização do Bolsa Família;
- d) auditorias por meio de análise das bases de dados e sistemas, em especial aquelas realizadas na base do Cadastro Único, que permitem identificar duplicidades, divergências de informação de renda quando comparada com outras bases de dados do Governo Federal, dentre outras.

As denúncias são recebidas pelo MDS, que após análise e de acordo com a gravidade do problema, adota as medidas cabíveis, tanto por meio de visitas as cidades como a distancia. Na maioria das vezes, o MDS encaminha as denuncias para a averiguação dos gestores municipais.

2.2.5. Resultados

De acordo com o MDS (2006 *apud* CRUZ e PASSALI, 2007), os principais resultados alcançado pelo programa foram os seguintes:

- a) o PBF é bem focalizado, ou seja, consegue atingir as famílias que necessitam e se enquadram aos requisitos legais do programa;
- b) o programa tem relevância significativa na redução da extrema pobreza e desigualdade e;
- c) o programa contribuiu para a melhoria na condição alimentar e nutricional das famílias assistidas.

Os dados de maio deste ano revelam que 11.086.369 famílias estavam sendo beneficiadas, de um total de 13.373.255 de famílias que se enquadram no perfil do programa. Portanto, um percentual elevado dos potenciais beneficiários já estão sendo contemplados. (BRASIL, 2004a).

Algumas pesquisas como a realizada pelo Ibase mostra que houve melhorias no que tange a questão nutricional. Segundo os dados levantados, a grande maioria dos assistidos gasta o benefício em alimentos, torno de 87%. Além disso, 73,7% dos entrevistados afirmaram que aumentaram a quantidade de alimentos que consumiam assim como a variedade de alimentos (69,8%).

Como demonstrado houve resultados significativos do PBF em alguns aspectos, mas isso não significa que o programa não precise de reajustes e melhorias. Mas de qualquer forma não se pode negar a importância do mesmo, para a população menos favorecida do país.

Espera-se que novos trabalhos nessa área sejam desenvolvidos para que falhas do programa possam ser apontadas, assim como ressaltar os pontos positivos, para que outras esferas governamentais e instituições possam quem sabe se embasar em futuros projetos nas áreas sociais e econômicas. Neste trabalho busca-se evidenciar a importância do PBF sob o viés econômico, com possíveis impactos sobre o crescimento/desenvolvimento local.

2.2.1 Constatações, críticas e sugestões

Apesar de programa ser considerado o maior em transferência de renda na área assistencial atualmente no país, não está isento de críticas. Assim como outros programas anteriores, muitos autores divergem nas opiniões quando o assunto é o PBF. Alguns estudos e pesquisas sobre políticas de transferência direta de renda, e, mais especificamente, sobre o PBF foram realizadas no país, sob várias óticas.

Uma pesquisa desenvolvida sobre o PBF foi feita pelo IBASE (2008), em que eles procuram ver as repercussões do programa para a segurança alimentar e nutricional das famílias beneficiadas. Foram aplicados questionários para 5000 titulares do Bolsa Família em 229 municípios das cinco regiões do país, com perguntas fechadas. Além disso, foram ouvidos mais 170 titulares em 15 grupos focais entre junho e julho de 2006, gestores municipais, membros do controle social em 15 cidades de 5 estados (MS, PR, PA, PE, RJ).

A partir desse estudo eles chegaram as seguintes conclusões: a maioria dos beneficiários são mulheres entre 15 e 49 anos, de cor parda ou negra, residente na zona urbana, sendo que a maior parte dos atendidos da zona rural está no nordeste. Outro dado interessante refere-se à educação, pois segundo a pesquisa 81% dos titulares sabem ler e escrever, sendo que 56% estudaram o ensino fundamental.

No que tange a utilização dos recursos, pôde ser constatado que a maioria dos beneficiários do Programa Bolsa Família utiliza essas transferências monetárias para a aquisição de alimentos, atingindo 91% na região nordeste, seguido de material escolar, vestuário e remédios, portanto quanto mais pobre é a família, maior será o gasto com alimentos.

Além disso, houve uma mudança no consumo das famílias beneficiadas, com aumento de alguns itens como: açucares, arroz e cereais, leite, biscoito, industrializados, carnes, feijões, óleos, frutas etc.

A adição de renda advinda do programa possibilitou que necessidades alimentares básicas fossem supridas, além da inserção de novos produtos para a complementação das refeições. Demonstrando assim que as famílias beneficiadas priorizam os bens de consumo. A compra desses bens, geralmente é feito em supermercados e médio supermercados, facilitada pelo crédito que se ampliou no grupo focal, resultado da garantia de renda. Isto pode ser constatado também na pesquisa de campo realizada nesse trabalho monográfico na cidade de Maracás.

Outro ponto abordado pela pesquisa refere-se à questão da segurança alimentar e nutricional, segunda esta apesar do aumento no consumo de alimentos, uma parte considerável dos beneficiários ainda vivem em situação de insegurança alimentar, com 21% de insegurança grave, 34% moderada e 28% leve. Portanto, apenas 17% se encontram em situação de segurança alimentar e nutricional.

Como se vê a situação no país ainda é muito grave, pois essa transferência não é suficiente para que essas pessoas saiam da situação de extrema pobreza. E considerando que apenas uma parcela da população carente é atendida pelo programa, agrava-se mais a situação. No entanto, tem-se que ressaltar a importância do programa, que conseguiu propiciar uma renda mensal para as famílias atendidas, possibilitando-as a aquisição de alimentos.

Para aqueles que defendem que o PBF deixa os beneficiários “preguiçosos”, a pesquisa conclui que o recebimento da renda não faz as pessoas deixarem de procurar emprego e que só houve abandono de emprego em caso de trabalhos perigosos e precários.

Outro aspecto analisado é a situação da mulher após a adesão ao programa. Como já salientado anteriormente as mulheres são as principais beneficiárias do programa, e isto teve algumas repercussões.

Segundo estudo, elas estão se sentindo mais independente financeiramente e tendo uma maior participação na definição dos gastos familiares. No entanto, ainda necessitam de políticas públicas capazes de inseri-las no mercado de trabalho. O último item a ser analisado na pesquisa foi o funcionamento do programa. O resultado mostra que as pessoas souberam do programa por meio de amigos, escola ou mídia.

Fazendo uma análise desse estudo e de outros, se pode perceber que o programa é válido se for considerado que garante uma renda mensal, que pode elevar a escolaridade das crianças das famílias atendidas e o acompanhamento médico através de sua contrapartida. Por outro lado, o programa ainda deixa uma grande parcela de elegíveis de fora, os valores transferidos são baixos assim como carece de programas complementares que juntamente com ele seja capaz de emancipar essas famílias. O fato é que existem muitas controvérsias sobre a eficácia ou ineficácia do programa.

Para Cruz e Passali (2007, p.18), os resultados do programa se restringem ao alívio imediato da pobreza, não havendo uma preocupação quanto a mecanismos que deixem os beneficiários não dependentes no longo prazo dessas transferências.

Além disso, as transferências de renda podem estimular os beneficiários a se acomodarem, fazendo com que esses não procurem trabalho. Mas, segundo Medeiros, Britto e Soares (2007), apesar de importantes melhorias na vida dos atendidos, com aumento de cerca de 11% na renda, esse aumento não seria suficiente para o desestímulo ao trabalho (p.18).

O fato é que tomar as transferências como um desestímulo ao trabalho pode se fundamentada em preconceitos, mas não se apóia em evidências empíricas. Dados do IBGE mostram que pessoas que vivem em domicílios onde há beneficiários do Bolsa Família trabalham tanto ou mais que as outras pessoas com renda familiar per capita similar. Enquanto a taxa de

participação no mercado de trabalho das pessoas em domicílios com beneficiários é de 73% para o primeiro decil da distribuição, 74% para o segundo e 76% para o terceiro, a mesma taxa é de 67%, 68% e 71%, respectivamente, para as pessoas que vivem em domicílios sem beneficiários (MEDEIROS; BRITTO e SOARES, 2007, p. 19).

Os autores ainda salientam que alguns efeitos negativos sobre a oferta no mercado de trabalho não podem ser considerados como um aspecto negativo, visto que algumas ocupações são precárias e mal-remuneradas, e atingem especialmente mulheres, crianças e jovens, corroborando o resultado da pesquisa realizada pelo IBASE (2008).

Além do mais, para alguns autores como Euzéby (1991 *apud* Carvalho JR. 2006), as transferências de renda em forma de dinheiro, diminuem os custos administrativos, pois só teria o custo do sistema bancário. Além disso, os indivíduos podem alocar a renda de acordo com suas preferências.

A elaboração de políticas de combate à pobreza pode encontrar no objeto de estudo da microeconomia importantes contribuições. [...] Através do método dedutivo, demonstra-se que políticas de transferência de renda sob forma monetária, principalmente em lugar de intervenções de mercado ou doação de cestas de produtos, tendem a ser a opção mais eficiente de política distributiva visando aumentar o bem estar de um indivíduo (CRUZ; PESSALI, 2007 p. 2).

No entanto, há aqueles que defendem a distribuição de alimentos, usando argumentos como a diminuição do clientelismo político, de fraudes em grande escala, o uso do dinheiro para outros fins, entre outros.

[...] A criação de unidades de atendimento não requer gastos com identificação dos beneficiários, além de se puder teoricamente atender, sem discriminação, os usuários de uma mesma localidade. Os gastos com identificação costumam ser elevados, pois envolvem perícia, investigação e auditoria. O perigo de uso político em programas de atendimento e de prestação de serviços é menor, pois não existem critérios de identificação e de escolha dos beneficiários por parte da administração pública [...] (DAVIS; SCHOEN, 1978 *apud* CARVALHO JR., 2006, p. 11).

O fato é que são várias opiniões e estudos sobre a adoção de programas de transferências de renda como o Bolsa Família. Barbosa et al, por exemplo, fez uma análise de

alguns impactos do PBF no município de Montes Claros - MG, concluindo que no que se refere ao alívio imediato nas condições de vida das famílias beneficiadas, os resultados foram diminutos, pois indicadores importantes como saúde, educação e emprego, dentre outros, não foram atendidos de forma satisfatória (BARBOSA *et al*, 2008, p. 1). Assim como o incremento da renda foi considerado insuficiente para cobrir os gastos que os beneficiados acham necessários para se ter uma boa condição de vida (BARBOSA *et al*, 2008 p. 17).

Já quanto ao acréscimo acarretado sobre o montante de renda agregada no município de Montes Claros, eles apontam que:

[...] o total de renda advinda do Programa Bolsa Família, via repasses do Governo Federal, equivalem a 0,04% do montante total do PIB gerado no município de Montes Claros no ano de 2003. O repasse desta renda via transferências do governo, poderia caracterizar um acréscimo de gasto autônomo sobre a economia local, contribuindo positivamente para a ampliação da demanda agregada na economia do município com efeito multiplicador importante sobre o montante total de renda, isto se parcela importante desta renda, não estiver sendo destinada ao consumo de bens e serviços diretos, não produzidos na economia local [...] (BARBOSA *et al*, 2008, p. 17).

Portanto, o programa pode desempenhar um papel dinamizador na economia local. E este é um dos pontos salientado no estudo feito por Marques (2004), que será abordado mais adiante.

Uma análise feita sobre o impacto do programa na frequência escolar foi realizada por Duarte e Silveira Neto (2008), que tiveram como objeto de estudo alguns estados do Nordeste, e concluiu que este age positivamente sob esta variável, com um aumento de 5,4%, o que segundo os autores corrobora com os resultados obtidos por Cardoso e Souza a nível nacional. (DUARTE e SILVEIRA NETO, 2008, p. 18). Isso demonstra que a depender de qual variável se analisa os resultados são positivos, ganhando o programa cada vez mais importância.

Marques fez uma pesquisa sobre a importância econômica do PBF para os municípios brasileiros, ela dividiu as 4.896⁶ cidades em 119 grupos distintos, levando em consideração a localização geográfica, porte populacional, nível de pobreza, relação população urbana/rural e atividade econômica preponderante.

Através dessa pesquisa, ela concluiu que está na região nordeste o maior número percentual de beneficiários, chegando a 45% da população nas cidades de Várzea, no Pernambuco e Pedra Branca no Ceará (MARQUES, 2004). Por outro lado, está na região sul, a maioria das cidades obtendo um percentual relativamente baixo de famílias pertencentes ao programa. O confronto desses resultados pode ser visto como um reflexo das disparidades regionais existentes no país, destacando as diferenças de rendas entre as famílias.

Para Marques (2004) quanto menor receita disponível estiver o município, mas importante se torna os recursos transferidos através do Bolsa Família. Segundo estudo feito por ela está na região nordeste o maior número de atendidos assim como a maior importância relativa dessas transferências para os municípios.

Entre os municípios do nordeste encontramos situações onde até 45% da população é beneficiária da transferência de renda do bolsa família. [...] O resultado observado na região nordeste é, antes de tudo, reflexo da situação de pobreza em que vivem os habitantes dos seus municípios, mas também do fato de esse programa nela ter se iniciado, certamente contemplando um conjunto significativo das famílias necessitadas (MARQUES, 2004, p. 8).

Portanto, o Bolsa Família tornou-se extremamente importante para algumas economias locais, especialmente para aquelas que têm nas transferências sua principal fonte de receita, como é o caso da maioria dos municípios da região nordeste.

[...] quanto menos desenvolvido for o município, o que transparece na baixa transferência de ICMS, maior será a importância relativa do Programa Bolsa Família. [...] tal como em Medina, como a renda de quase 30% da população é garantida pela transferência de renda desse programa, não há dúvida que esse programa é responsável por boa parte das atividades econômicas nele realizadas. (MARQUES, 2004, p. 14).

⁶ O estudo analisou os municípios em que foram encontradas informações completas no site do IPEA (www.ipeadata.gov.br) para os cinco critérios adotados, com a inclusão também de 74 municípios que deram origem a novos em 2001.

Além disso, Marques (2004) salienta a relevância do programa para as economias locais, posto que essas transferências injetem mais dinheiro nos municípios.

A teoria econômica de inspiração Keynesiana advoga que o gasto governamental, assim como o privado, gera no seu conjunto da economia, por seu efeito multiplicador, renda de valor maior do que o do gasto realizado. [...] No caso de transferência de renda às famílias, o impacto será tanto maior quanto maior for a propensão marginal a consumir, isto é, quanto maior for a parcela destinada ao consumo quando a renda é aumentada em uma unidade (MARQUES, 2004, p.2).

Corroborando com essa idéia Araújo (2008) afirma que:

[...] O tamanho da transferência foi significativa em locais onde a base produtiva é pequena e portanto o volume de renda gerado localmente é muito pequeno. O que era um programa assistencial acabou se transformando em estímulo ao dinamismo daquela economia local muito pequena. A bodega da esquina, a feira, a padaria, a farmácia, tudo envolve um fluxo de renda que não era gerado ali, mas que é transferido de outros lugares. [...] Do ponto de vista macro, não foi só o pequeno negócio que lucrou. Porque, como é muita gente, também grandes empresas se beneficiam: os supermercados e empresas de produção de alimentos e de confecções. [...] (ARAÚJO, 2008, p.10).

Percebe-se, assim, que estes gastos além de ajudar a suprir algumas necessidades básicas das pessoas desprovidas de renda suficiente para isso, podem causar uma dinâmica nas economias das cidades, pois a propensão marginal a consumir é elevada nas classes atendidas.

Portanto, analisando o estudo feito por Marques pode-se perceber que o Programa Bolsa Família desempenha um papel importante para a garantia de uma renda mínima para uma parcela significativa da população brasileira que se encontra em situação de pobreza ou extrema pobreza, especialmente na região nordeste, onde este índice é mais elevado.

Além disso, foi demonstrado que o programa é importante também para os municípios, principalmente para os menos desenvolvidos, em que essas transferências representam um percentual elevado da receita disponível do município.

Diante dessas informações, que demonstram a importância do programa, mesmo que de forma limitada e considerando que o município de Maracás possui as características das cidades em que o PBF tem um impacto mais relevante, assim como é de suma importância

fazer estudos dos municípios de forma individualizada, posto que existam muitas diferenças e peculiaridades, será feito um estudo de caso, em que se tentará analisar o impacto econômico do programa no município. O resultado dessa pesquisa está no próximo capítulo.

3 O IMPACTO ECONÔMICO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA EM MARACÁS

3.1. A história de Maracás

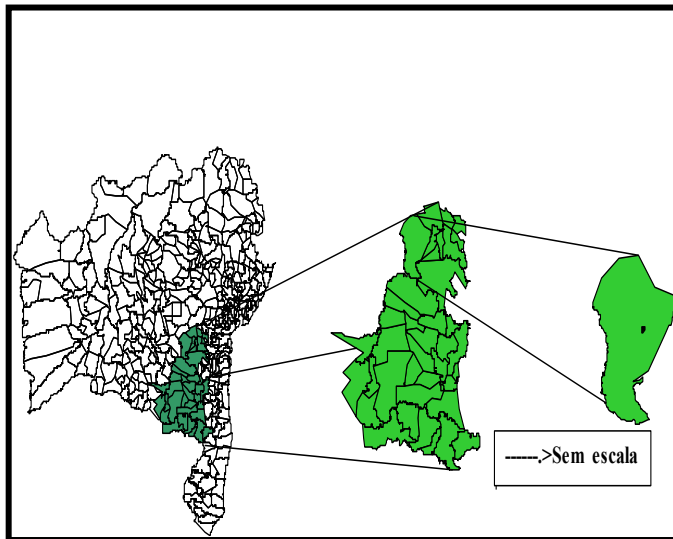
Este capítulo trata dos impactos sócio-econômicos do Programa Bolsa Família para o município de Maracás - Ba, no entanto antes de iniciar essa análise será feito um breve histórico da cidade, salientando sua criação, economia e aspectos sociais para que os leitores conheçam o objeto de estudo. Considerando a problematização, na exposição que segue para se deter na análise da economia local, evidenciando dados sobre seu funcionamento, assim como, o conhecimento sobre seus agentes.

Maracás é uma cidade situada no estado da Bahia, localizada a 367 km de Salvador, no sudoeste baiano. Com uma área de 2.435,201 km² e uma população de aproximadamente 34.221 hab (IBGE, 2000), faz parte da microrregião de Jequié⁷. Com densidade demográfica de 14,4 hab./km², inferior à média da Bahia que é de 24, 46 hab./km². Está localizada no território de identidade Vale do Jiquiriçá, composto por: Amargosa, brejões, Cravolândia, Elísio Medrado, Irajuba, Iramaia, Itaquara, Itaruçu, Jaguaquara, Jiquiriçá, Lafaiete Coutinho, Lage, Lagedo do Tabocal, Maracás, Milagres, Mutuípe, Nova Itarana, Planaltino, Santa Inês, São Miguel das Matas, São Miguel das Matas, Ubaíra. (Figura1)

Sua fundação ocorreu em 19 de abril de 1885, porém apenas em 1910, por meio da Lei Estadual nº 810, foi elevada a categoria de cidade. Segundo Leão (1989, p. 83 *apud* SOUZA, 2008, p.27) Maracás nasceu de um aldeamento indígena. Idéia essa corroborada por Fonseca (2006 *apud* SOUZA, 2008, p. 28), em que assinala que a primeira penetração no território do município se deu em 1659, pelos bandeirantes portugueses. Seu nome é originário do instrumento musical utilizado pela tribo indígena que ali habitava.

⁷ Fazem parte dessa microrregião: Maracás, Marcionílio Souza, Planaltino, Lagedo do Tabocal, Lafaiete Coutinho, Jequié, Manoel Vitorino e Iramaia.

Figura 1- Mapa de Localização de Maracás no Sudoeste da Bahia, 2007



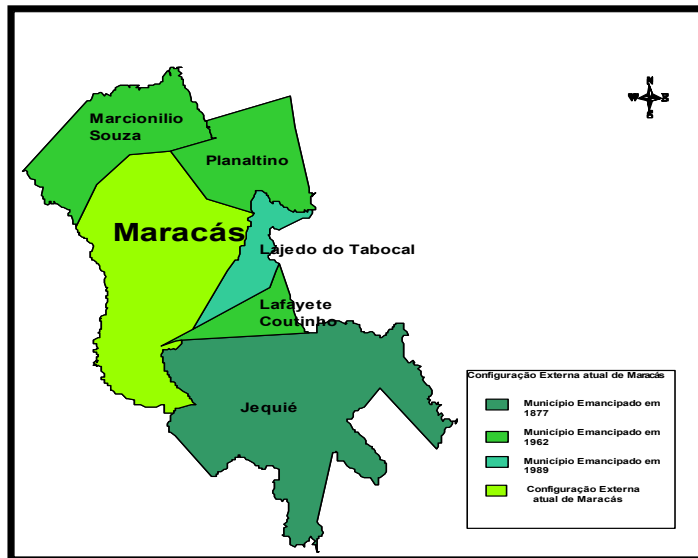
Fonte: Souza (2008).

Em 1897, o distrito de Jequié foi desmembrado de Maracás passando a categoria de município. Mais tarde, em 1962 foram às vezes de Planaltino, Marcionílio Souza e Lafaiete Coutinho também se desmembrarem. Em 1989 Lagêdo do Tabocal se emancipou, passando o município de Maracás a ter a configuração externa atual. A figura 2 resume a evolução territorial do município, entre 1855-1989. O fato de Jequié ter sido distrito da cidade e hoje experimentar um desenvolvimento maior que Maracás já assinala que o município não manteve um ritmo forte de crescimento. Jequié, ao contrário, cresceu de forma mais acelerada, se destacando na região, fato que pode ser explicado pela sua localização estratégica em relação ao restante das cidades da microrregião, posto que a BR 116 (Rio-Bahia) corta a cidade ligando-a a várias regiões.⁸

O município está situado a 1100 metros de altitude, de clima frio foi apelidada de suíça baiana, mas perdeu esse status depois que começou a produção de flores, passando a ser chamada de cidade das flores. É constituído pelo distrito sede (cidade) e os distritos de Porto Alegre e Pé de Serra.

⁸ No entanto não se pode afirmar que esse seja o único motivo de seu crescimento e desenvolvimento, outros fatores naturais, culturais e econômicos devem ter contribuído com essa trajetória.

Figura 2- Evolução Territorial Maracás, 1855-1989



Fonte: Souza (2008)

A economia de Maracás em seus primórdios foi baseada na produção primária, com destaque para as atividades agropastoris. No entanto, nos últimos anos houve uma mudança passando esse setor a ter uma importância relativa menor, porém ainda bastante significativa.

Mesmo com essas mudanças em relação às atividades econômicas municipais, com redução na produção agrícola e o crescimento do setor terciário, ainda pode ser observada a presença da agricultura na economia local, em que seu excedente é comercializado em Jaguaquara e na feira livre, que ocorre aos sábados na sede municipal. Neste dia, o centro funcional da cidade converge para a praça da feira.

A respeito das culturas permanentes, os dados do Censo Agropecuário, levantados junto ao IBGE (2000) comprovam que mais desenvolvidas são: banana, batata inglesa, dendê, feijão, dentre outros. Quanto ao PIB, Souza (2008, p 34) afirma que o município não ofereceu grandes oportunidades no setor industrial, ao passo que os serviços vêm crescendo continuamente, desde 1949 até os dias atuais.

Segundo Souza (2008, p.35) quanto à dinâmica populacional, Maracás segue a tendência nacional, com aumento populacional desde a década de 1970, passando de 21.831 habitantes para 34.108 habitantes, ou seja, com um acréscimo de 56% em três décadas. Quanto à distribuição da população entre rural e urbano, até a década de 1970, menos de 2% residiam

em áreas consideradas urbanas, passando na década seguinte a ter 30%, nos anos 1990 o censo apontou que 45% estavam na zona urbana, chegando a 57% nos anos 2000 (SOUZA, 2008, p.37).

Esse tipo de migração se deu, sobretudo, como consequência da redução do setor primário, fazendo com que essas pessoas buscassem outro meio de sobreviver na sede, por meio do comércio ou prestação de serviços, que estavam em ascensão. O resultado desse processo foi à expansão da sede com o aumento de edificações e a criação de bairros periféricos.

Segundo Souza (2008, p. 41), o Estado teve um papel primordial na propulsão dessa expansão, criando loteamentos e programas habitacionais assim como investindo em infraestrutura, especialmente nas primeiras décadas de sua existência⁹.

Assim como a maioria dos municípios brasileiros, a sede do município surgiu por meio da Igreja católica, com forte influencia dos colonizadores. Isto porque o terreno que a compõe foi uma doação de uma fazendeira para a construção da Igreja matriz, o que culminou na praça central da cidade. Aguiar (1888 *apud* SOUZA, 2008, p. 43 e 44) fez os primeiros escritos sobre a cidade, descrevendo-a assim:

A vila de Maracás está situada na extremidade sul do vasto e agreste tabuleiro, com baixa e ordinária edificação, feias ruas, uma grande praça com velhas e arruinadas casas; tendo no centro a velha matriz. Na esquina esquerda de quem vai, ao entrar na praça acha-se-a do quartel-cadeia, também ordinária e de fraquíssima e ligeira construção. As duas escolas da vila, únicas do terno, escassamente freqüentadas tinham uma matricula de quarenta e tantas meninas e trinta e tantos meninos (AGUIAR, 1888, p. 215, *apud* SOUZA, 2008, p. 43 e 44).

O autor ainda afirma que nesse período, em torno de 1888, a Vila contava apenas com quatro casas de negócios e uma feira escassa realizada aos sábados (AGUIAR, 1888, p. 216 *apud* SOUZA, 2008, p. 44). Este acontecimento acabava atraindo moradores dos povoados e vilas que faziam parte do município, movimentando a cidade. A tradição da feira aos sábados ainda permanece na cidade até os dias de hoje, apesar de seu comércio ter

⁹ Especialmente entre 1860 a 1900.

expandido. Esta serve, principalmente, para os pequenos agricultores venderem suas mercadorias assim como alguns ambulantes.

Além da presença dos indígenas, que segundo relatos já existiam na cidade antes mesmo da chegada de Cabral, contribuíram para a formação étnica, cultural, política e social, os europeus, em especial os alemães, assim como os africanos. Comentando sobre esses últimos, até hoje se encontra, alguns descendentes de escravos, uma espécie de quilombo urbano, localizado no bairro Jiquiriçá.

A partir da década de 1990, houve uma forte expansão da cidade com a criação de novos bairros e o crescimento dos já existentes. Hoje a cidade conta com sete bairros: centro, Maracaizinho, jiquiriçá, Lagoa Comprida, Airton Sena, Irmã Dulce e Morumbi. Além destes, existem três loteamentos, Estrela Dalva, Belo Horizonte e Iara.

Com esse crescimento, surge com mais força a necessidade de prestação de serviços públicos essenciais. A segurança é um deles, para garantir esse direito no município existe uma delegacia e um batalhão da polícia militar, além disso, existem alguns guardas municipais.

Figura 3 – Vista aérea de Maracás



Fonte: Prefeitura Municipal de Maracás

Quanto à prestação de serviços básicos e coletivos como a educação, no início dos anos 1960 foi inaugurado o primeiro ginásio municipal, o antigo segundo grau, hoje fundamental II, dando a partir desse momento a oportunidade dos alunos concluírem seus estudos de segundo grau sem a necessidade de se deslocarem para outras cidades.

Atualmente, o município conta com 24 instituições de ensino, dentre públicos e privados, abrangendo todos os graus. Por falta de um ensino de qualidade e até pelas poucas opções, muitos estudantes da cidade acabam se deslocando para outros municípios como Jequié e Vitória da Conquista para fazerem faculdade, posto que exista apenas uma faculdade AED, instalada recentemente¹⁰.

No que refere a saúde, o município conta com um hospital e uma clínica, contendo 88 leitos no total, sendo que 40 são públicos, 24 privados e 24 privados que atende pelo SUS (Sistema Único de Saúde) e 4 unidades de posto de saúde da família (PSF). No entanto esses estabelecimentos de saúde atendem apenas os casos de pouca gravidade, transferindo para outras cidades, como Jequié, Itabuna, Vitória da Conquista e Salvador os casos de maior complexidade, o que culmina algumas vezes na morte do paciente devido à distância.

No que diz respeito à cultura e lazer, existe na cidade um teatro auditório, uma biblioteca municipal, um ginásio de esporte, um estádio de futebol e praças públicas.

Atualmente no município existe uma agência do Banco do Brasil, que foi inaugurada em 1956, trazendo uma maior movimentação monetária. Além desta, existe uma casa lotérica, onde se pode abrir e movimentar contas da CEF e também onde são pagos os benefícios sociais do Governo Federal e nos Correios funciona um Banco Postal do Bradesco. Portanto têm-se três opções de instituições bancárias.

O centro da cidade é o *locus*, tanto político quanto econômico, pois aí está localizado a prefeitura, câmara dos vereadores, o fórum, os bancos, assim como a maioria dos pontos comerciais. É neste local também que ocorre o principal evento festivo do município, o São João.

¹⁰ Esta Instituição dispõe de treze cursos: Administração de Empresas, Ciências Contábeis, Serviços Sociais, Teologia, Biologia, Matemática, Geografia, Letras, Pedagogia, História, Gestão Ambiental, Logística e Processamento Gerencial, sendo que os quatro primeiros são de bacharelados, os seis posteriores são em licenciatura e os três últimos tecnólogos.

3.2. Dados sobre o funcionamento da Economia de Maracás

O maior contribuinte para PIB municipal¹¹ é o setor de serviços¹², que segundo a SEI (2006), contribui com 62,07% do total, demonstrando esse ser um dos principais condutores da economia local, refletindo a tendência nacional, de concentração de mão-de-obra e renda no comércio e serviços. No entanto, deve-se salientar que a maior parte dos serviços está relacionada aos setores públicos, compatíveis com o perfil da maioria dos pequenos municípios brasileiros.

Apesar de o setor terciário ser o mais significativo na economia do município, a agricultura ainda contribui para o crescimento local, com uma participação de 26,9% do PIB (SEI, 2006), fato evidenciando no próximo quadro, em que foi feita uma comparação com o estado e outros municípios baianos.

Como pode ser observado na tabela a baixo, o município não tem uma forte tradição industrial, apesar deste ter uma certa representatividade, compondo 11,04% do PIB municipal, no entanto este índice inferior ao estado da Bahia que tem na indústria uma participação de 32,16% em seu PIB. Já no que se refere à agropecuária, esta ainda tem um peso para a economia local, com uma boa representatividade.

A tabela 1 informa que a produção agropecuária não é pequena, representando 26,9% do PIB, valor relativo bem próximo ao de Jaguaquara, um município tradicionalmente agropecuário. No entanto, o setor com maior importância para a economia de Maracás é o de serviços, como pode ser observado na tabela. Para uma melhor compreensão do

¹¹ Apesar do uso do termo PIB Municipal durante o trabalho, os referidos valores referem-se à *proxí*, ou seja, uma aproximação.

¹² Quando se refere a serviços está englobado os públicos estadual, municipal e federal, assim como o comércio e a prestação de serviços no setor privado e os chamados autônomos.

funcionamento da economia do município, o quadro 1 e o gráfico 1 mostram a distribuição dos empregos por ramos setoriais entre 2001 e 2006¹³.

Tabela 1 – PIB setorial dos valores adicionados de municípios selecionados, 2005

Município ¹⁴	Setores (%)		
	Agropecuária	Indústria	Serviços
Bahia	8,60	32,16	59,24
Jaguaquara	26,09	8,620	65,28
Jequié	2,11	14,10	83,79
Maracás	26,90	11,04	62,07

Fonte: SEI, (2005).

Tabela 2 - Distribuição dos Empregos Formais por ramos setoriais entre 2001 e 2006

Setor IBGE	2006	2005	2004	2003	2002	2001
Extrativa mineral	2	1	8	11	0	0
Indústria de transformação	15	10	11	11	14	9
Serviços industriais de utilidade pública	0	0	0	0	0	0
Construção civil	20	108	0	0	22	65
Comércio	116	124	94	101	83	59
Serviços	68	60	55	57	57	51
Administração pública	550	687	576	529	552	423
Agropecuária, extrativismo vegetal, caca e pesca	75	62	62	54	53	46
Outros/ignorado	0	0	0	0	0	0
Total	846	1.052	806	763	781	653

Fonte: RAIS –Dec. 76900/7

Elaboração: CGET/DES/SPPE/TEM

Pode-se observar pelo quadro acima que houve um crescimento de 29,56% no número de empregos entre 2001 e 2006, tendo um pico em 2005, resultado das atividades da

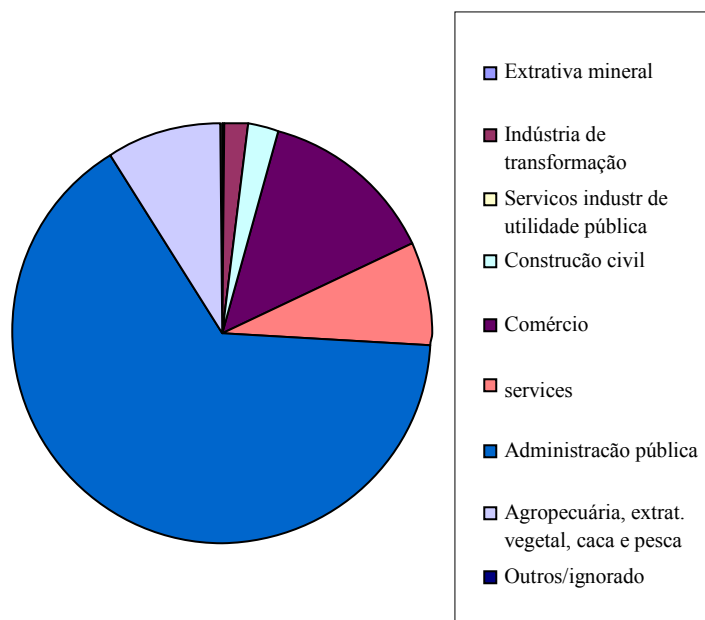
¹³ Os dados referentes a 2007 não foram utilizados, pois segundo o Ministério do Trabalho, os dados ainda não tinham sido consolidados, e esses dados não ficam dispostos no site, foram enviados por email.

¹⁴ Esses municípios foram escolhidos a título de comparação por fazerem parte da região sudoeste e se localizarem próximo a Maracás.

construção civil e da administração pública. A média do período foi de 816,83 empregos por ano.

Considerando os ramos acima explicitados, percebe-se que a administração pública é a responsável por 65% do número de empregos formais na cidade, ou seja, está nos serviços públicos a principal fonte de emprego. Isto vem a corroborar a tendência da maioria dos pequenos municípios brasileiros, que são poucos desenvolvidos e dependentes do setor público.

Gráfico 3 – Empregos formais por setores, 2006



Fonte: RAIS –Dec. 76900/7

Elaboração: Própria

Outro ponto a ser considerado é o fato de o número de empregos formais serem poucos expressivos no setor agropecuário, mesmo este compondo quase 30% do PIB municipal, como salientado anteriormente. Isto pode caracterizar que é forte a presença da agricultura familiar no município. Analisando essas características da economia local entender-se-á melhor a importância do PBF na dinâmica econômica do município.

Além das atividades citadas anteriormente, desenvolve-se na cidade a plantação de flores, sendo estas em sua maioria exportadas pra outras regiões do país. Essa atividade foi implantada no município, por meio do projeto estadual Flores da Bahia¹⁵, programa lançado por meio da iniciativa das Secretarias da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária (SEAGRI) e da Secretaria de Combate à Pobreza e as Desigualdades Sociais (SECOMP), foi lançado em 2003 por meio de uma ação estratégica chamada de “projetos comunitários”, visando fortalecer os pólos de produção de flores e estimular a expansão da floricultura no estado, além disso, teve como objetivo oferecer uma oportunidade de aquisição de renda para famílias carentes.

Em 2007, as flores de Maracás estiveram presentes em diversas cidades, participando de feiras e eventos. A produção de flores é favorecida pelo clima agradável no inverno que registra até 8 graus centígrados. A cidade é fornecedora de flores subtropicais, uma alternativa econômica para pequenos produtores rurais da região. A produção abrange 206 famílias, distribuídas em oito associações.

A primeira cooperativa fundada pelo Programa Flores da Bahia conta atualmente com 18 (dezoito) cooperados, tendo rendimento médio de R\$ 300,00. A comercialização das flores é feita através de uma central de vendas, dispendo de veículo próprio para as entregas com câmara refrigerada.

A apicultura é outra fonte de renda para a população do município, por meio de uma associação algumas pessoas tornaram-se apicultores, auferindo daí seu sustento. A figura 4 mostra A AMA-ME (Associação Maracaense de Apicultores e Meliponicultores Ambientalistas), a qual foi fundada em 2002 e atualmente conta com 30 (trinta) associados fundadores e mais 50 (cinquenta) famílias que compõe o Programa de Apicultura Social de Maracás, apoiada pela Secretaria de Agricultura, EBDA (Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola) e Prefeitura Municipal, preocupados também com o meio ambiente. Os sócios atualmente possuem 1.200 (mil e duzentos) colméias e na safra de 2007/2008 produziu 14.000 kg (catorze mil) de mel.

¹⁵ Maiores informações consultem: www.seagri.ba.gov.br

Figura 4 – Cooperativa de flores de Maracás e da Associação Maracaense de Apicultores e Melipocultores Ambientalistas.



Fonte: Prefeitura Municipal de Maracás

Analisando a seguir, o quadro 2, que mostra o PIB por regiões econômicas e municípios entre 2002 e 2005, percebe-se que houve um crescimento em todas as regiões explicitadas. No caso de Maracás o crescimento foi de 32,81% no período, demonstrando uma boa evolução, mas ainda inferior ao estado da Bahia que foi de 49,89%. Seu crescimento também foi inferior ao de Jequié e da região sudoeste. Em 2002, o PIB de Maracás representava 10% do de Jequié, enquanto em 2005 este percentual estava em torno de 7,6%.

Esta evolução é importante, pois este é um dos indicadores de crescimento/desenvolvimento da economia local. No entanto, este índice sozinho não é capaz de definir se o município está se desenvolvendo, para tanto é necessário analisar outras variáveis, especialmente sociais, que poderão indicar uma melhoria na qualidade de vida da população.

Tabela 3 - PIB municipal, PIB a preços correntes, do Sudoeste da Bahia, 2002 – 2005¹⁶

Regiões Econômicas e Municípios	Produto Interno Bruto (R\$ milhões)			
	2002	2003	2004	2005
Estado da Bahia	60.671,84	68.146,92	79.083,23	90.942,99
Sudoeste	3.152,26	3.599,75	4.098,68	4.999,76
Jequié ¹⁷	628,3	778,33	885,81	1.054,67
Maracás	60,26	61,62	69,4	80,03

Fonte: SEI (2006).

Outro fator dinamizador da economia maracaense está ligada à BA- 026 (Figura 5), que liga o município a Lajedo do Tabocal, Itiruçu, Jaguaquara, Contendas do Sincorá, Tanhaçu, planaltino, Nova Itarana e a BR 116, movimentando os setores de hotelaria, restaurante, postos de gasolina, entre outros, especialmente depois de sua revitalização, com a diminuição de 100 km do percurso de Maracás a Salvador, atraindo mais caminhões de carga.

Figura 5 - Vista da Rodovia BA 026

Após a apresentação de dados econômicos relacionados ao município, no próximo item serão abordados alguns dados referentes aos indicadores sociais, para que se possa ter um

¹⁶ Apesar do uso do termo PIB Municipal, esses valores são aproximações. Por isso, não pode ser considerados exatos..

¹⁷ Este município foi escolhido por ser o economicamente mais significativo da microrregião.

painel do município, importante para a compreensão dos impactos sócio-econômicos decorrentes do PBF.

3.2.1. Indicadores Sociais do Município

O município de Maracás possui índices sociais muito aquém do que se pode considerar um local desenvolvido. Segundo dados da SEI (2006), o município se encontra no 161º no ranking do desenvolvimento econômico e 250º no desenvolvimento social, 352º no desenvolvimento do nível de educação, 137º no nível de saúde e 262º nos de serviços básicos entre os municípios baianos.

Analisando os índices que mede a qualidade de vida da população, Souza (2008) salienta:

No Brasil, conforme os números do Atlas do Desenvolvimento Humano (PNUD, 2003), a esperança de vida ao nascer era de 68,61 anos em média, em 2000. Em Maracás, esse indicador seria de 59,6 anos, ou seja, abaixo da média nacional. A respeito da mortalidade, até 01 ano de idade, os dados revelam que no município esta taxa diminuiu 22,64% entre 1991 e 2000. Porém, apresenta-se ainda alta, com 63,2 por mil [...] Com relação à Taxa de Analfabetismo da população acima de 15 anos, dados do Atlas do Desenvolvimento Humano (PNUD, 2003) revelam que entre 1991 e 2000 houve um declínio de 28,2% para 3,9%, resultante, dentre outros fatores, dos programas governamentais de Alfabetização para Jovens e Adultos (SOUZA, 2008, p. 55-56).

A autora ainda afirma que, além disso, não há esgotamento sanitário em Maracás, o que acarreta a construção de fossas, contaminando o lençol freático, e que menos da metade da população urbana tem água encanada, cerca de 33,6% (SOUZA, 2008, p. 56).

Fazendo uma comparação entre os dados do IDH municipal de Maracás com a Bahia percebe-se que os índices daquele são inferiores a este, e, comparando com o Brasil a diferença é ainda maior. No quadro 3, entre os IDHs listados, o que demonstra a maior

disparidade em relação ao município, a Bahia e o Brasil, é da Renda, sendo 0.49, 0.62 e 0.723 respectivamente¹⁸.

No entanto, pode-se notar uma evolução em todos os índices, sendo que o melhor resultado foi no IDH-educação, atingindo em 2000, 0.759, bem próximo ao do Estado da Bahia, porém ainda muito aquém do necessário para ser considerado satisfatório.¹⁹

Tabela 4 - Indicadores de Desenvolvimento Humano, 1991 e 2000.

Localidade	IDH		IDH - Renda		IDH – Longvidade		IDH – Educação	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Brasil	0.696	0.766	0.681	0.723	0.622	0.727	0.745	0.849
Bahia	0.59	0.688	0.572	0.62	0.582	0.659	0.615	0.785
Maracás	0.498	0.609	0.462	0.49	0.541	0.577	0.49	0.759

Fonte: PNUD (2000)

Voltando à questão da educação, esta é um dos serviços mais essenciais e o meio pelo qual, muitos acreditam se chegar a uma melhor qualidade de vida e, conseqüentemente, alavancar o desenvolvimento.

Considerando que a frequência escolar é uma das contrapartidas do PBF, é de se esperar que este seja um meio que o governo buscou de melhorar as condições de vida no longo prazo. Com isso torna-se importante à demonstração desses dados, já que o trabalho faz uma análise dos impactos econômicos do Programa Bolsa Família em Maracás, o que reflete no social. Na tabela 2 está explicitado o número de matrículas, aprovação e abandono dos alunos entre 2000 e 2007. A partir da análise dos dados pode-se observar que houve um aumento de aprovação em todos os anos, assim como uma queda no número de abandonos e diminuição na quantidade de matrícula inicial. Contudo, não se pode atribuir os bons

¹⁸ O índice de IDH considera a medida entre 0 e 1. Quanto mais próximo de 1, mais desenvolvido é a região.

¹⁹ Foram utilizados os dados de 2000 porque este foi os últimos resultados disponibilizados pelos órgãos responsáveis pela coleta dessas informações.

resultados alcançados exclusivamente à aderência ao PBF, posto que estes índices estejam melhorando, desde antes da adoção do programa.

Tabela 5 - Números da educação em Maracás

Ano	Matrícula Inicial	Abandono (%)	Aprovação (%)
2000	7087	26,12	68,2
2001	7466	22,4	70,39
2002	7109	18,68	72,58
2003	6341	14,96	74,77
2004	5752	11,24	76,96
2005	4081	7,91	79,15
2006	5073	7,31	81,34
2007	6551	7,28	83,53

Fonte: Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Maracás [S.d.].

No que se refere à saúde, houve alguns avanços como a implantação de quatro PSF, de suma importância para o atendimento da população em geral, e, em especial aos assistidos pelo PBF, pois facilita o cumprimento das condicionalidades dessa área.

Além disso, no que tange a questão social, o município vem galgando melhorias nas condições de vida da população. Através da Secretaria Municipal de Assistência Social, alguns projetos foram implantados como a construção e reformas de unidades habitacionais e sanitárias, minimizando a demanda existente.

Outros projetos na área de capacitação profissional e desenvolvimento cultural também foram criados. Assim como foram instituídos programas direcionados as pessoas da terceira idade visando uma melhor qualidade de vida dessa população, por meio de oficinas, atividades físicas e culturais.

Por se tratar de uma cidade pequena sem tradição industrial e pouco desenvolvida, evidenciado pelo número estimado de famílias pobres, que em junho estava em 5.329²⁰, às transferências governamentais desempenham um papel muito importante. Não apenas as transferências do Programa Bolsa Família, mas outras como as aposentadorias e as pensões,

²⁰ Essa estimativa é a considerado pelo MDS para o cadastramento no CADÚNICO, que dá direito ao acesso a programas sociais do governo federal, diferente da estimativa do PNUD (2004), que estima um número de 3.708 famílias pobres no município.

que acabam movimentando o comércio local, ao garantir uma renda fixa, dinamizando assim este setor da economia maracaense. E é justamente esse impacto na economia local, decorrente da transferência monetária do PBF que este trabalho se propõe a investigar.

Após a explicitação de alguns dados sócio-econômicos do município é possível observar que algumas melhorias foram alcançadas nos últimos anos, porém os indicadores ainda demonstram que se precisam galgar muitos avanços na área social para que se possa considerar a região como desenvolvida e com alto nível de qualidade de vida.

3.3. O Programa Bolsa Família em Maracás

Segundo o MDS (BRASIL, 2004), Maracás possui 5.329 famílias que se enquadram no CADÚNICO, sendo que 4261 destas possuem o perfil para o Programa Bolsa Família, mas apenas 3.597 famílias foram beneficiadas em 2007. O número estimado de família no município é de 8.347, para se chegar a esse resultado dividiu-se o número de habitantes por 4,1, metodologia utilizada pelo MDS. Por esse cálculo percebe-se que 64% das famílias maracaenses se encaixam no CADÚNICO, 51% tem o perfil do PBF e 43% foram beneficiados pelo programa em 2007²¹. Na tabela 3, é demonstrada a relação percentual das famílias atendidas pelo programa, fazendo uma comparação com outros lugares²².

²¹ Os valores percentuais foram aproximados.

²² Esses municípios foram escolhidos por terem características semelhantes a Maracás e por fazerem parte do mesmo território Identidade, exceto Jequié e Vitória da Conquista que foi escolhido por serem os mais representativos economicamente da região, mesmo não fazendo parte do mesmo território e nem tendo as mesmas características.

Tabela 6 – Percentual de famílias atendidas pelo PBF em abril de 2009.

Localidade	Famílias atendidas pelo PBF	Número total de famílias	Percentual de famílias atendidas
Brasil	11.000.000 ²³	44.853.659	24,52%
Bahia	1.419.256	3.434.306	42,56%
Iramaia	2.038	3.691	55,21%
Itiruçu	1.661	3.845	43,20%
Jaguaquara	6.012	11.376	52,85%
Maracás	3.782	8.347	45,31%
Jequié	17.004	35.601	47,76%
Vitória da Conquista	22.915	75.172	30,48%

Fonte: BRASIL (2004); IBGE (2000)

Elaboração: Própria.

Analisando os dados acima se pode perceber que o programa abrange um percentual alto da população dessa região, culminando com uma importância econômica e social elevada.

Segundo o gestor municipal do PBF em Maracás, em entrevista concedida via email, a identificação das famílias ocorre através da parceria entre as Secretarias de Assistência Social, Educação e Saúde, havendo também a colaboração dos Agentes Comunitários de Saúde, dentre outras entidades representantes da sociedade civil.

Ainda segundo o gestor a seleção das famílias e coleta de dados para o cadastro é feita por equipes qualificadas e devidamente capacitadas, ocorrendo através de visitas domiciliares na sede do município. Na área rural, em postos de atendimento em locais específicos (escolas), priorizando a carência exigida pelo programa.

Existe também a Instância de Controle social do PBF (ICS), com 12 conselheiros, 06 representando o poder público municipal e 06, representando a Sociedade Civil, que faz o acompanhamento e a devida fiscalização do Programa.

²³ Valor aproximado.

O quadro 4 apresenta a evolução das transferências do PBF entre 2004 e 2007, demonstrando que houve um crescimento superior a 30%, bem mais modesto do que o aumento observado no número de alvarás expedidos pelo município, que será explicitado no próximo item. Mas como será abordado mais adiante existem os multiplicadores de renda que podem explicar em parte essa evolução. Além disso, outras variáveis econômicas podem estar influenciando este aumento.

Tabela7- Valores transferidos pelo Programa Bolsa Família ao município de Maracás, entre 2004 e junho de 2008.

Ano	Famílias	Valores acumulados (R\$)
2004	3.201	2.335.959,00
2005	3.614	2.764.029,00
2006	3.626	2.933.233,00
2007	3.597	3.085.379,00
2008*	3.649	1.782.704,00
Total		12.901.304,00

Fonte: *Dados da folha de junho/2008

Para melhor entendimento da importância do PBF para seus beneficiários e para a economia local, foi feita uma pesquisa de Campo por entrevistas a 60 pessoas que fazem parte do Programa. Constatou-se que os beneficiários do PBF gastam quase a totalidade das transferências recebidas, isto é, 99,5% responderam consumir tudo que recebem, sendo que destes, 95% são gastos no município. Além disso, eles afirmaram que a maior parte, mais de 70% é consumida com alimentos.

No que tange a outra fonte de renda, mais de 90% afirmaram que trabalham esporadicamente quando acham, ou seja, não tem emprego fixo. Segundo a pesquisa, houve um aumento médio de mais de 60% na renda dos entrevistados, que agora pode aumentar a quantidade e melhorar a qualidade do que é consumido, talvez por isso 97,5% dos consultados responderam que sua vida melhorou após aderirem ao programa.

O fato é que mesmo sendo um valor pequeno que cada família recebe isso acaba impactando na economia municipal, pois a quantidade de famílias beneficiadas é grande.

Considerando que a quase totalidade gastam o que recebem e o fazem no município, isto faz com que haja uma dinamicidade econômica, aumentando as vendas dos estabelecimentos comerciais. Uma forma de constatação pode ser observada no aumento do número de alvarás expedidos pela prefeitura, que teve um aumento de 142,65% entre 2002 e 2008²⁴, conforme mostra a quadro 5.

Tabela 8 – Número de alvarás do município de Maracás – Bahia, 2002 a 2008.

Ano	Quantidade
2002	347
2004	360
2005	410
2006	550
2007	670
2008	822

Fonte: Prefeitura Municipal de Maracás

O crescimento é bastante expressivo, no entanto não se pode afirmar que este aumento deve-se apenas a adesão ao PBF. Apesar disso, o número de famílias atendidas no município é elevado, abrangendo mais de 3.500 famílias, culminando no aporte de recursos financeiros na economia local bastante significativo. O quadro 6 demonstra esses alvarás divididos em algumas categorias, dando uma idéia de sua distribuição. Os alvarás expedidos se concentram no comércio varejista e na prestação de serviços. O próximo item aborda o impacto econômico do PBF no município.

²⁴ Dados oferecidos pela Prefeitura Municipal de Maracás.

Tabela 9 – Relação de alvarás por categorias em 2007²⁵

Categorias	Quantidade
Comercio Varejista	338
Comercio de atacados	08
Clínicas e consultórios	16
Prestação de serviços	321
Consertos de automóveis	05
Produtos de madeira e serralheria	06
Empreendimentos ligados à estética	16
Instituições de crédito e financiamento	05
Fábricas	05
Associações	10
Construção civil	03
Aluguel de maquinas e extração mineral	02
Artesanatos e artigos de couro	02
Educação	08
Edições de jornais, lan house e estúdios fotográficos	11
Hotel, Bar e Restaurante	16
Outros	15
TOTAL	787

Fonte: Prefeitura municipal de Maracás, 2008

Elaboração: Própria.

3.4. O impacto econômico do PBF em maracás

Para a análise do Programa Bolsa Família em Maracás, este trabalho utiliza algumas variáveis como consumo, educação, IDHM, receitas municipais e emprego. Para a constatação da mobilidade dessas variáveis, foi feita uma pesquisa de campo, com entrevistas, levantamento de dados junto a alguns órgãos municipais, como a Secretaria de Educação e Prefeitura Municipal, além do uso de sítios oficiais.

Foi constatado um aumento expressivo no número de alvarás expedidos pela prefeitura, demonstrando, portanto, um crescimento do comércio local. Além disso, faz-se uma análise comparativa entre os repasses do PBF e as receitas municipais, a fim de

²⁵ Este foi o ano utilizado devido à disponibilidade dos dados pela Prefeitura Municipal de Maracás.

demonstrar a importância relativa daquele. Por fim, abrir-se-á mão da utilização do multiplicador de gastos keynesiano para medir o impacto econômico do programa na economia local.

3.4.1. Relação entre as transferências do Bolsa Família e as receitas do município

Na tentativa de dimensionar a importância relativa das transferências de renda do PBF para a economia de Maracás, fez-se uma relação comparativa entre os recursos oriundos do PBF ante os recursos da Prefeitura Municipal de Maracás.

Observando a tabela 04 abaixo, nota-se um crescimento de 53,83% nas receitas da Prefeitura Municipal de Maracás entre 2004 e 2007. Com um crescimento anual nas receitas do município, houve uma redução do percentual entre as transferências do Programa Bolsa Família e as receitas da Prefeitura, que era de 18,13% em 2004, caindo para 15,57% em 2007²⁶.

Tabela 10 - Relação entre as receitas da Prefeitura Municipal de Maracás e as transferências do Programa Bolsa Família.

Ano	Receitas da PMM (A)	Transferência do PBF (B)	B/A % (C)
2004	12.886.000,00	2.335.959,00	18,13%
2005	16.040.330,41	2.764.029,00	17,23%
2006	16.802.271,28	2.933.233,00	17,46%
2007	19.822.210,28	3.085.379,00	15,56%
TOTAL	65.550.811,56	11.118.600,00	-
MÉDIA	16.387.702,89	2.779.650,00	17,09%

Fontes: Secretaria de finanças da Prefeitura Municipal de Maracás (2004), Ministério do Desenvolvimento social e combate à fome (2008) e Valores expressos em Reais (R\$).

²⁶ A comparação considerou o período entre 2004 e 2007, devido aquele ser o ano em que o PBF foi criado e este ser o último com dados consolidados.

Deve-se salientar que esses valores são significativos, pois representam mais de 15% da receita municipal. No entanto, se for feita à comparação com alguns municípios pesquisados por Marques (2004), este percentual é bem inferior a outros com características similares. Como é o caso de Pedra Branca no Ceará, em que essas transferências representam 43% da receita disponível do município e de Vitória de Santo Antão, em Pernambuco, com 40%. (MARQUES, 2004, p.13).

A tabela 05 apresenta a relação entre os recursos transferidos pelo PBF e algumas categorias da receita municipal. Esta relação demonstra que os valores transferidos correspondem a 15,57% das receitas totais da Prefeitura Municipal no ano 2007²⁷. Observando os valores da quota parte do ICMS, verifica-se que as transferências do PBF são 46% superiores ao ICMS. Em se tratando do FPM, os valores do PBF representam 27,99%²⁸.

Tabela 11 – Relação entre as transferências do Programa Bolsa Família e algumas categorias da receita municipal, entre 2004 e 2007 (Em mil R\$ correntes).

Ano	Transferências do Programa Bolsa Família ¹	Receita Total PMM ²	Quota-parte do ICMS ²	FPM ²	A/B	A/C ³	A/D
	(A)	(B)	(C)	(D)	%	%	%
2004	2.335.959,00	12.886.000,00	1.688.771,00	6.311.247,00	18,13	138	37,01
2005	2.764.029,00	16.040.330,41	1.868.605,51	8.461.314,58	17,23	148	32,66
2006	2.933.233,00	16.802.271,28	1.982.739,79	8.831.702,58	17,46	148	33,21
2007	3.085.379,00	19.822.210,28	2.115.423,79	11.024.705,03	15,57	146	27,99

Fonte: BRASIL (2004); Secretaria de Finanças da Prefeitura Municipal de Maracás (2008)

Se fosse considerada apenas a principal transferência constitucional estadual e federal, isto é, a quota do ICMS e o FPM, as receitas do município totalizaram 13.140.128,82²⁹. Isto significa dizer que nessa situação, a relação percentual entre as transferências do PBF e as receitas da Prefeitura Municipal de Maracás subiria de 15,57% para 23,48%. Esses percentuais demonstram que essas transferências têm importância relativa para a economia maracaense. Na próxima seção, será medido o impacto do PBF na economia de

²⁷ Os valores referentes aos anos de 2004, 2005 e 2006 podem ser visualizados e comparados na tabela 2.

²⁸ Foi utilizado o ano de 2007 para as relações de comparação

²⁹ Esta relação é justificável, porque representam as principais receitas garantidas pela Prefeitura Municipal, às demais são pouco significativas ou são repasses que podem deixar de existir a qualquer momento, por não serem vinculadas.

Maracás, através do multiplicador de gastos keynesiano, fazendo uma relação percentual destas transferências com o PIB municipal. Significa que o ICMS corresponde a 38%, 48%, 48% e 46%, respectivamente, a menos que as transferências do PBF.

3.4.2. Relação entre os recursos oriundos do Programa Bolsa Família e o Produto Municipal

Os valores injetados no município de Maracás através das transferências de renda do Programa Bolsa Família (PBF) totalizaram em 2006³⁰, R\$ 2.933.233,00. Este valor representa 3,37 do produto municipal, que foi de R\$ 88,898 milhões em 2006 (SEI, 2006; IBGE, 2000). No entanto, o impacto sobre o produto municipal é superior a este valor, devido aos variados efeitos multiplicadores.

Na tentativa de comprovar este fato será utilizado o multiplicador keynesiano de gastos. Segundo Dornbusch e Fischer (1991, p. 93), o multiplicador refere-se quanto que a produção varia quando a demanda agregada ou consumo se amplia. Na referida teoria, o consumo está em função da renda e o valor consumido por uma pessoa torna-se renda para uma segunda e o gasto dessa passa a ser renda para uma terceira. A função consumo é descrita da seguinte forma: $C = C_0 + cY$, em que C, significa consumo, C_0 é o consumo autônomo, c é a propensão marginal a consumir e Y é a renda.

A partir das idéias de escola keynesiana, foi determinado, por meio da pesquisa de campo, que a propensão média³¹ a consumir da renda da população de Maracás (c) é de $c = 0,85$, isto quer dizer que 85% da renda auferida no município é gasta. O percentual do consumo que é realizado na economia local é $K = 0,8774$. Isto significa que da renda consumida, 87% é gasta dentro do próprio município.

³⁰ Este ano foi escolhido porque os dados referentes à próxi do PIB municipal só estão disponíveis nos sítios oficiais até este ano.

³¹ Usou-se a propensão média a consumir como uma Proxy da propensão marginal a consumir.

Sabendo os valores de c e k e, seguindo os passos descritos por Lopes (2003, p.164), tornou-se possível calcular a propensão média a consumir da renda no município de Maracás, que é $h = 0,7457$ ³².

Fazendo uso da equação descrita por Dornbusch e Fischer (1991, p. 101), que determina o multiplicador como $\alpha = 1/1-c(1-t)$, sendo a propensão média a consumir, $c = 0,7457$ e as deduções de impostos 11%³³ foi determinado o multiplicador de gastos feitos com o repasse do Programa Bolsa Família no município de Maracás em $\alpha 2.97$.

Ao fazer a multiplicação de α por R\$ 2.772.723,56³⁴, que representa o percentual dos repasses dos benefícios do PBF que são gastos no município sem o uso do multiplicador, foi caracterizado que a transferência direta de renda do PBF é capaz de gerar um impacto potencial na economia local de R\$ 8.234.988,97. Este montante representa mais de 9% do PIB municipal.

Por existir dificuldades na mensuração dos impactos por meio da pesquisa, serão considerados neste trabalho que os resultados encontrados dizem respeito ao impacto potencial dos valores transferidos pelo PBF sobre a economia do município de Maracás em 2006³⁵.

Considerando o impacto efetivo sobre a economia local, o mais coerente é determinar que este se encontre compreendido entre o intervalo de R\$ 2.772.723,56 e R\$ 8.234.988,97 para o ano analisado.

Em se tratando de economias abertas e globalizadas é comum as “fugas”, isto faz com que o impacto econômico efetivo proveniente das transferências do PBF na economia local seja inferior a R\$ 8.234.988,97. Essas “fugas” significam que os gastos dessa transferência de renda podem gerar renda para outros municípios. No entanto, há de salientar que mesmo com as chamadas “fugas”, o impacto econômico causado por essas transferências é considerável, pois o aumento das vendas no comércio, por exemplo, culminará em

³² $h = c*k$, c representa o percentual da renda disponível que é gasta e k equivale o percentual da renda que é gasta no município, multiplicando esses valores chega-se a h , que é a propensão média a consumir da renda disponível no município.

³³ Este percentual foi escolhido, pois por meio da pesquisa de campo foi constatado que mais de 95% dos entrevistados estavam na faixa de isenção do imposto de renda, portanto preferiu-se utilizar o valor referente ao INSS no multiplicador Monetário, o valor de 11% é o percentual que engloba além dos que ganham 1 salário mínimo, também os autônomos que pagam o INSS.

³⁴ Os valores utilizados no multiplicador consideram os percentuais das transferências gastos no município obtidos por meio da pesquisa de campo e não o valor total repassado.

³⁵ Este ano foi escolhido por ser o mais recente com dados do Pib municipal nos sítios oficiais, portanto para que não haja diferença temporal entre as variáveis analisadas, optou-se por 2006.

ampliação dos lucros dos comerciantes locais, que poderão ampliar seus negócios, crescendo o número de postos de trabalho, aumentando assim o número de consumidores potenciais.

Relacionando ao produto municipal é possível constatar que caso não houvesse “fugas”, ou seja, o multiplicador igual a 2,97 o impacto do PBF corresponderia a 9.3% do PIB municipal, se houvesse uma “fuga” total, o multiplicador equivaleria a 1 e isto significaria que seu impacto seria correspondente a 3,12% do PIB.

Definir um intervalo amplo é necessário porque existe apenas o conhecimento do valor dos gastos que desencadearam o processo de multiplicação, ou seja, R\$ 2.772.723,56. Os desdobramentos, isto é, os gastos que são induzidos pela renda gerada por meio dos primeiros gastos não são possíveis definir, pois ocorre tanto na economia local quanto em outros municípios.

Portanto, o correto a afirmar é que o impacto das transferências diretas de renda do PBF sobre a economia de Maracás é superior a R\$ 2.772.723,56, porém bem inferior a R\$ 8.234.988,97. Em se tratando de uma cidade pequena, sem tradição industrial e, que, portanto a maior parte dos bens consumidos são oriundos de outras localidades, pode-se deduzir que o valor do impacto dessas transferências está mais próximo ao montante injetado pelo programa, isto é, o multiplicador é pequeno. Mesmo assim não se pode considerar que o valor do impacto não seja expressivo, apenas que o impacto seria maior se não existisse essas transferências para as outras regiões.

Após a demonstração dos dados da economia de maracás e o dos valores transferidos pelo Programa Bolsa Família para economia local pode-se perceber que houve um crescimento da economia, podendo ser observado pelo aumento do número de alvarás expedidos pela prefeitura, o que pode indicar o crescimento do comércio local, principalmente considerando a pesquisa de campo que constatou por meio de entrevistas com beneficiários que houve aumento do consumo, especialmente de alimentos, e que estes gastos ocorre no Município.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou abordar o impacto econômico do Programa Bolsa Família para o município de Maracás. O objetivo foi mensurar em qual medida o programa impactou a economia, contribuindo para o crescimento/desenvolvimento local.

A hipótese utilizada considerou que o aporte financeiro advindo da transferência de renda do governo federal injetado na economia local aumentaria o consumo, impactando positivamente no PIB municipal, alavancando o comércio e as receitas municipais. As categorias de análise do trabalho utilizaram aportes teóricos da macroeconomia (demanda agregada e multiplicador de gastos), da microeconomia (consumo das unidades familiares) e da teoria do crescimento/desenvolvimento.

A partir da teoria do crescimento/desenvolvimento foi caracterizada a noção de desenvolvimento utilizada no trabalho, que considerou variáveis quantitativas como Consumo, PIB, número de alvarás, empregos e receitas municipais, bem como, as variáveis qualitativas como o IDHM, educação e saúde. Do aporte macroeconômico, trabalhou-se com o multiplicador de gastos e o modelo básico de Keynes para medir a variação do consumo, assim como o seu impacto para a economia local. Já do aporte microeconômico, utilizou-se o consumo das unidades familiares, destacando as variáveis que os influenciam.

Como citado anteriormente, o aumento do consumo é uma das variáveis que impulsiona o crescimento econômico e que posteriormente pode transformar em desenvolvimento a depender da sua dimensão, assim como de outras variáveis econômicas. Levando isso em consideração, é que o trabalho pontuou o consumo das famílias como uma ferramenta importante para o crescimento/desenvolvimento econômico.

O aumento do PIB é outro indicativo de que pode estar havendo crescimento econômico. Para medir o impacto econômico, o trabalho utilizou o multiplicador de gastos, além de entrevistas para verificar se houve ou não o aumento do consumo. Por meio dessa ferramenta, pode-se perceber que o programa contribuiu para o crescimento econômico do município, ao injetar uma quantia financeira significativa, impactando no aumento do

consumo, o que no longo prazo pode levar ao desenvolvimento. Pois, além disso, existem algumas condicionalidades em áreas essenciais como educação e saúde, que podem em um período mais longo trazer melhorias de vida para essas famílias, quebrando com a pobreza entre as gerações, como bem salienta Lavinás (1998). A seguir serão demonstrados os principais resultados da pesquisa.

Porém deve-se salientar que os dados aqui trabalhados não foram suficientes para se chegar a um resultado mais consistente. Para tanto, seriam necessários estudos e análises mais aprofundados de dados empíricos, assim como um melhor desenvolvimento teórico-metodológico do assunto, que foram limitados, devido à falta de alguns dados, tempo e recursos financeiros. Sendo assim, não se pode chegar a conclusões mais abrangentes, o que poderá ser feito em futuros trabalhos, com acréscimos de dados. Portanto, considera-se essa investigação como preliminar em alguns aspectos, mas que dará base para futuras pesquisas.

No que diz respeito ao aumento do consumo, este pôde ser comprovado pelas entrevistas feitas a alguns beneficiários, com 99,5% afirmando que gastam tudo o que recebem, sendo que destes, 95% são gastos dentro município. Quanto ao direcionamento dos gastos, uma média de 72,75% dessa renda é para a cesta básica, e o restante, eles afirmaram consumirem com vestuários, material escolar e remédios. Isso vai de encontro com o trabalho realizado pela Ibase (2008), que afirma que os assistidos consomem praticamente tudo que recebem, especialmente em bens de primeira necessidade.

Outro reflexo desse aumento do consumo pode ser observado na evolução do número de alvarás expedidos pela prefeitura municipal. No período de 2003 a 2008, houve um crescimento de 142,65%. Isto significa que houve uma dinamização do comércio local, aumentando as possibilidades de escolha dos consumidores, assim como a criação de ocupação, mesmo que informal, posto que não houvesse grandes evoluções no emprego formal no município no mesmo período.

Isso é reflexo do aumento da renda dos assistidos. Na pesquisa realizada foi constatado um aumento médio de 65%. Levando em consideração que a propensão média a consumir dos assistidos é elevada, o aumento dos alvarás é explicável.

Existem algumas formas de alavancar o crescimento dos municípios e uma delas pode ser por meio de incentivos governamentais, como é o caso das transferências de renda.

Ao transferir uma quantia financeira mensalmente para as famílias carentes, há um estímulo ao consumo, que é uma das principais variáveis macroeconômicas que alavanca o crescimento.

O aumento do consumo é de fácil explicação, as pessoas beneficiadas têm uma renda muito baixa e em alguns casos nem mesmo tem uma renda fixa, ou seja, o que ganham sem essa ajuda não dá pra suprir as necessidades básicas, ao terem acesso a esse acréscimo, eles passam a sanar suas necessidades mais básicas, isto é, passam a consumir.

Se considerar a quantia individualizada de cada família parece insignificante para causar algum impacto econômico nos municípios, no entanto, quando se analisa o conjunto dos beneficiários percebe-se que é um valor bastante expressivo.

Observa-se que a monografia interpreta o consumo e as transferências de renda como instrumentos possíveis de proporcionar o crescimento/desenvolvimento econômico. Tal forma de análise não é tão utilizada pelas teorias econômicas, estas privilegiam a análise sob a ótica da produção. Porém neste trabalho o consumo foi estudado como um possível dinamizador das economias locais.

Dessa forma, a demonstração do aumento do consumo através das entrevistas e, que certamente refletiu no aumento do número de estabelecimentos comerciais em Maracás, vem a corroborar a importância do PBF para os municípios brasileiros como salientado por Marques (2004). Deve-se considerar também o número elevado de famílias beneficiadas, no caso de Maracás está em torno de 45%.

Como salientado anteriormente, o multiplicador de gastos foi utilizado para se saber em que medida os gastos provenientes do programa impacta na economia local, refletindo no aumento da renda e do consumo. Neste caso específico, percebe-se que as transferências provenientes do PBF representam mais de 9% do PIB municipal em 2006, ou seja, um valor bastante representativo, isto considerando os efeitos multiplicadores. Se considerar apenas o dinheiro transferido sem esse efeito o percentual é de 3,12%.

Este método se torna mais eficaz e bastante representativo quando se leva em conta a propensão marginal a consumir dos assistidos, que é bastante elevada, chegando a quase 100%. Isto indica que a renda disponível dos beneficiários é pequena.

Ainda para avaliar a importância econômica do programa fez-se uma análise comparativa das transferências do PBF com a receita municipal e outras transferências recebidas pelo município. Com isso pode-se perceber que aquela é significativa, posto que represente 27,99% do Fundo de Participação do Município, 15,57% da receita municipal e quando se fala no ICMS a representatividade é ainda maior, posto que as transferências do Bolsa família sejam superior a 46% daquela.

Valores parecidos foram encontrados no trabalho de Marques (2004), em que ela salienta justamente essa representatividade dos valores transferidos pelo programa do governo federal frente a outras transferências e a receita municipal. Concluiu-se que esses valores eram mais significativos em municípios mais pobres e pouco desenvolvidos, a maioria pertencentes à região nordeste do Brasil.

Maracás tem características similares a essas dos municípios apontados por Marques (2004), pois pertence à região nordeste e 64% das famílias se enquadram no CadÚnico, portanto são considerado pobres, além disso, seus índices sociais estão aquém da Bahia e do Brasil. Isto faz com que o PBF tenha uma importância significativa, tanto do ponto de vista social quanto econômico, posto que as famílias passassem a ter a garantia de uma renda, que por sua vez é consumida quase que totalmente e dentro do município como salientado anteriormente.

No que concerne ao percentual de atendidos pelo programa, Maracás tem um número elevado, cerca de 45% em abril de 2009, atingindo o percentual de Várzea, no Pernambuco, apontado pelo estudo de Marques (2004) como sendo o mais elevado. No entanto, neste trabalho foi constatado que o município de Iramaia, jaguaquara e Jequié tem um percentual ainda mais elevado com 55,21%, 52,42% e 47,76%, respectivamente.

No que tange as questões sociais, o trabalho destacou a educação, posto que a frequência escolar seja uma das contrapartidas exigidas pelo programa, torna-se relevante salientar essa área. Além disso, a educação é tida por muitos como o meio pelo qual se pode melhorar de vida. Lavinhas (1998), afirma que ao impor essa condicionalidade, dar-se a oportunidade de tentar quebrar a pobreza entre as gerações.

A respeito da educação, a pesquisa constatou que houve aumento de aprovação, passando de 74,77% em 2003 para 83,53% em 2007 e diminuição de abandono escolar,

passando de 14,96% em 2003 para 7,28% em 2007. No entanto, não se podem creditar esses avanços exclusivamente ao programa.

No que refere à saúde verificou-se a criação de quatro Postos de Saúde da Família (PSF). No entanto, dados específicos sobre o acompanhamento das crianças e das gestantes, assim como o quadro nutricional dos mesmos no período não foi possível por falta de disponibilização de dados pela secretaria municipal de saúde, apesar de algumas tentativas.

Trabalhou-se também com o IDHM, no entanto, os dados são anteriores a criação do programa, pois estes são disponibilizados periodicamente pelos órgãos competentes. Porém, esses foram importantes para a caracterização do município no que diz respeito a algumas variáveis sociais, de suma importância para avaliar o grau de desenvolvimento do município.

Como já mostrados por estudos como o de Marques (2004), quanto menos desenvolvido, ou seja, quanto maior o número de pobres, mais importante é o programa para o município. Além disso, a escolha do número de atendidos está relacionado à proporção de pobres de cada região. Por isso, foi desenvolvido um quadro com o percentual de famílias atendidas do município em relação às famílias totais, para se chegar a esse total utilizou-se à metodologia empregada pelo MDS, em que o número de habitantes é dividido por 4,1. Através disso, chegou-se ao percentual das famílias atendidas que é de 45,31% como já citado anteriormente.

Foi mostrado que desenvolvimento econômico abrange não só variáveis econômicas, mas também as variáveis sociais. A educação é uma delas, talvez por isso, a exigência da frequência escolar. No entanto, é necessário que o Estado disponha desses serviços, não apenas quantitativamente, mas, sobretudo, qualitativamente.

Diante dessas considerações, fica a reflexão de como o crescimento/desenvolvimento pode ser buscado e o papel do estado e dos outros agentes nesse árduo caminho, assim como a importância das transferências de renda nesse processo, especialmente para.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL FILHO, Jair do. **Endogeneização no desenvolvimento econômico regional e local**. Fortaleza: Ed.da UECE, 2001.

ARAÚJO, Tânia Bacelar de. A diversidade regional é um dos patrimônios brasileiros que farão diferença no século XX. **Revista Desafios do Desenvolvimento**, Brasília, n. 45 p. 8-14. jul. 2008. Disponível em: <http://desafios2.ipea.gov.br/sites/000/17/edicoes/45/pdfs/rd45not01.pdf>. Acesso em: 17 nov. 2008.

ARRAES, Ronaldo de Albuquerque; TELES Vladimir Kuhl. Endogeneidade *versus* exogeneidade do crescimento econômico: uma análise comparativa entre nordeste, Brasil e países selecionados. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 31, n. Especial p. 754-776, novembro 2000. Disponível em: http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/ETENE/Anais/docs/ren2000_v31_ne_a17.pdf. Acesso em: 16 set. 2008.

BARBOSA, Juliana Franciny Pereira; CORDEIRO, Luciana Maria Costa; RODRIGUES, Luciene; FIALHO, Tânia Marta Maia. O programa Bolsa Família como medida de combate à pobreza: uma análise de alguns de seus impactos no município de Montes Claros. In: SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA, 13, 2008, Diamantina **Anais...** Diamantina: CDEPLAR, 2008. Disponível em: http://www.cedeplar.ufmg.br/seminarios/seminario_diamantina/2008/D08A138.pdf. Acesso em: 14 fev. 2009.

BARROS, Ricardo Paes; CARVALHO, Mirela de. Desafios para a política social brasileira. **Texto para Discussão, 985**, IPEA, Rio de Janeiro, 17 23 p. out. 2003. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/pub/td/2003/td0985.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2008.

BARROS, Areza Batista Gomes; SILVA, Norma Lúcia Oliveira da; SPINOLA, Noelio Dantaslé. Desenvolvimento local e desenvolvimento endógeno: questões conceituais. **Revista de Desenvolvimento Econômico**, Salvador, ano 8, n 14, p. 90-98, 103 p., jul. 2006. Disponível em: <http://www.revistas.unifacs.br/index.php/rde/article/viewFile/11/66>. Acesso em: 06 fev. 2009.

BRAGA *et al.* Avaliação nutricional de crianças beneficiadas pelo programa Bolsa Família que freqüentam creches municipais em Vitória da Conquista – BA. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/biblioteca-virtual-bolsa-familia-1>. 24 mar. 2009.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Decreto nº 5.209 de 19 de abril de 2004**. Regulamenta a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família, e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 20 set. 2004 (a). Disponível em: <http://www.mds.gov.br>. Acesso em: 13 ago. 2008.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e de Combate à Fome. **O Programa Bolsa Família**. Brasília, DF, [2004]. Disponível em: http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/o_programa_bolsa_familia. Acesso em: 5 maio 2008.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e de Combate à Fome. **Instrução Normativa nº 1, de 20 de maio de 2005**. Disponível em: <http://www.mds.gov.br>. Acesso em: 5 maio 2008.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Perfil dos municípios**. Brasília, DF, 2006. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br/Empregador/caged/default.asp>> Acesso em: 22 out. 2008.

CAMARGO, José Márcio; REIS, Maurício Cortez. **Transferências e incentivos**. In: BARROS, Ricardo Paes de; FOGUEL, Miguel Nathan; ULYSSEA, Gabriel. (Org.). **Desigualdade de Renda no Brasil: uma análise da queda recente**, v. 2, p. 251-260, 2007. Disponível em: <http://www.ipea.com>. Acesso em: 13 ago. 2008.

CARVALHO JR, Pedro Humberto Bruno de. Análise do gasto da União em ações assistenciais ou focalizado na população pobre e em benefícios previdenciários de fortes impactos sociais 1995-2004. **Texto para Discussão, 1.236**, IPEA, Brasília, 35 p. nov. 2006. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicações/tds/td_1236.pdf> Acesso em: 10 dez. 2008.

CADERNOS DO DESENVOLVIMENTO. Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, ano 1, n. 2, dez. 2006. Acesso: 09 de mar. 2009.

COHN, Amélia. Políticas sociais e pobreza no Brasil. **Planejamento e políticas públicas**, Brasília, IPEA, 12, jun./dez. 1995, p. 1-17. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/ppp/pdf/ppp/2.pdf>> Acesso em: 22 out. 2008.

CRUZ, Marcio José Vargas da; PESSALI, Húascar Fialho. **As implicações da racionalidade limitada na elaboração de políticas compensatórias de combate à fome: uma análise do Programa Bolsa Família**. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 12,

2007, São Paulo. **Anais...** São Paulo: SEP. Disponível em: <www.sep.org.br> Acesso em: 27 ago. 2008.

DORNBUSCH, R; FISCHER, S. **Macroeconomia**. 5. ed. São Paulo: McGraw-Hill, 1991.

DUARTE, Gisléia Benini; SILVEIRA NETO, Raul da Mota. Avaliando o impacto do Programa Bolsa Família sobre a frequência escolar: o caso da agricultura familiar no nordeste do Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 36, 2008, Salvador, **Anais...** Rio de Janeiro: ANPEC, 2008. Disponível em: <http://www.bancodonordeste.com.br/content/aplicacao/eventos/forumbnb2008/docs/avaliando_o_impacto> Acesso em: 17 mar. 2009.

FURTAD O, Celso. **Pequena introdução ao desenvolvimento**: enfoque interdisciplinar. 2. ed. São Paulo: Nacional, 1981.

IBASE. Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas. **Repercussões do Programa Bolsa Família na segurança alimentar e nutricional das famílias beneficiadas**, jun. 2008. Disponível em: <<http://www.ibase.br/userimages/ibasebfsintesesite.pdf>> Acesso em: 15 jan. 2009.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Indicadores sociais municipais**, 2000. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php>> Acesso em: 6 maio 2008.

KEYNES, John Maynard Keynes. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. Tradução: Mário R. da Cruz. São Paulo: Atlas, 1992. p. 284-91.

LAVINAS, Lena. Programa de garantia de renda mínima: perspectivas brasileiras. **Texto para Discussão**, 596, IPEA, Rio de Janeiro, 1998. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/pub/td/1998/td_0596.pdf> Acesso em: 02 set. 2008.

LOPES, Roberto Paulo Machado. **Universidade pública e desenvolvimento local**: uma abordagem a partir dos gastos da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2003.

MARQUES, Rosa Maria. **A importância do Bolsa Família nos municípios brasileiros**. Brasília, 2004. Disponível em: <http://www.fomezero.gov.br/download/estudo_mds_rosamarque_completo.pdf> Acesso em: 04 jul. 2008.

MEDEIROS, Marcelo; BRITTO, Tatiana; SOARES, Fábio. Programas focalizados de transferência de renda no Brasil: contribuições para o debate. **Texto para Discussão, 1283**, IPEA, Brasília, 2007. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicações/tds/td_1283.pdf. Acesso em: 14 out. 2008.

OLIVEIRA, Anderson Luiz de. Políticas públicas, urbanização e desenvolvimento endógeno: caso do Paraná. In: ENCONTRO DE ECONOMIA PARANAENSE, 5, 2007, 5, Salvador. **Anais...** Maringá: UFPR. Disponível em: <http://www.ecopar.ufpr.br>. Acesso em: 12 nov. 2008.

PEQUENO, Rosangela dos Santos. **O Programa Bolsa Família: seus efeitos econômicos e sociais na região nordeste**. Disponível em: <http://ipc-undp.org/publications/mds/26M.pdf>. Acesso em: 11 fev.2009.

PEREIRA, Lucélia Luiz *et al.* **Efeitos do Programa Bolsa Família nas condições de vida de beneficiários em municípios de muito baixo IDH**. Disponível em: <http://www.undp-povertycentre.org/publications/mds/33M.pdf>. Acesso em: 11 fev. 2009.

PNUD. Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas. Índice de desenvolvimento humano Municipal no Brasil, 1991-2000. In ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL, 2000. Disponível em: [http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/IDH-M%2091%2000%20Ranking%20decrecente%20de%20Estados%20\(pelos%20dados%20de%202000\).htm](http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/IDH-M%2091%2000%20Ranking%20decrecente%20de%20Estados%20(pelos%20dados%20de%202000).htm). Acesso em: 10 nov. 2008.

PNUD. Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas. Relatório de desenvolvimento Humano, 2004. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/rdh>. Acesso em: 10 nov. 2008.

ROSSETTI, José Paschoal. Introdução à economia. 18. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

ROTA, Edmar *et al.* As políticas Sociais como potencializadoras do desenvolvimento local-regional. **Revista Virtual Texto e Contextos**, n 5, nov. 2006. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/viewFile/1015/795>. Acesso em: 14 out. 2009.

SANDRONI, Paulo. **Novíssimo dicionário de economia**. 6. ed. São Paulo: Best Seller, 2001.

SCHERER, Andréa Mendes Sampaio. As flores da Bahia. **Bahia Agrícola**, v.7, n.3, p. 9-13, nov. 2006. Disponível em: http://www.seagri.ba.gov.br/pdf/comunicação_v7_n3.pdf. Acesso em: 04 mar. 2009.

SCHWARTZMAN, Simon. Os Desafios das políticas sociais para a América Latina. In: FÓRUM LATINOAMERICANO DE POLÍTICAS PÚBLICAS SOCIAIS: ABORDAGENS E DESAFIOS, 2007, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2007. Disponível em: <http://www.schwartzman.org.br/simon/polsoc.pdf>. Acesso em: 27 ago.2008.

SEI. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. **Estatísticas dos municípios brianos. Salvador**, 2006. Disponível em: <<http://www.sei.ba.gov.br>.> Acesso em: 25 set. 2008.

SEPLAN. Secretaria do Planejamento da Bahia. **Relatório Perfil Territorial**: território Vale do Jiquiriçá, 2006. Disponível em: <http://www.seplan.ba.gov.br/imagens/pdf/09.pdf>. Acesso em: 25 set. 2008.

SILVA, Alexandre Manoel Ângelo da; RESENDE, Guilherme Mendes. **A importância do acesso aos serviços públicos na renda por habitantes dos municípios nordestinos**. Brasília, 2005. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>.> Acesso em: 10 out. 2008.

SILVA, Álvaro César Gumes Cotrim da. **A indústria mineral no município de brumado: seus impactos numa perspectiva econômica**. Vitória da Conquista: Ed. da UESB, 2008.

SOARES, Laura Tavares. Globalização e o papel do Estado na proteção da vida. **SIMPÓSIO BRASILEIRO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA, 2**, Caldas Novas, GO, nov. 2004. Disponível em: <http://www.anvisa.gov.br/DIVULGA/noticias/2004/221104_conferencia.pdf.> Acesso em: 23 jul.2008.

SOUZA, Nali de Jesus. **Desenvolvimento econômico**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

SOUZA, Naiara de. **Produção e expansão de uma pequena cidade: um estudo de caso sobre Maracás - Ba**. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2008.

APÊNDICES

APÊNDICE A**QUESTIONÁRIO 1**

Nível de renda: Até 1 salário mínimo ()
 Entre 1 e 3 salários mínimos ()
 Acima de 3 salários mínimos ()

- 1- Quanto de sua renda familiar é gasto por mês?
- 2- Quantos desses gastos são feitos em Maracás?
- 3- Qual o percentual de gastos com impostos? Entre 0% e 10% (); entre 11% e 20% (); entre 21% e 30% (); entre 30% e 40%.
- 4- Você costuma fazer compras em outros municípios?
- 5- Qual seu gasto com cesta básica?

APÊNDICE B

QUESTIONÁRIO 2

BENEFICIÁRIOS DO BOLSA FAMÍLIA

- 1- Quanto de sua renda você costuma gastar mensalmente?
- 2- Você gasta quanto de sua renda em Maracás?
- 3- Você costuma fazer compras em outras cidades?
- 4- Qual foi o aumento de sua renda após a aderência ao Programa Bolsa Família? Qual era sua renda antes e depois?
- 5- Você acha que sua vida melhorou após o Programa Bolsa Família?
- 6- Quanto de sua renda costuma gastar com a cesta básica?

APÊNDICE C

ENTREVISTA

Entrevista com o senhor Antônio Moreira, gestor do Programa Bolsa Família em Maracás.

1. Em sua opinião, O Programa Bolsa Família tem contribuído para a diminuição da pobreza no município?
2. Após a adesão do município ao PBF, o senhor notou que houve aumento de estabelecimentos comerciais ou não?
3. Os beneficiários tendem a gastar mais com que tipo de bens?
4. Houve aumento nas vendas de móveis e eletrodomésticos?
5. A renda advinda do PBF é gasta no município ou as pessoas costumam se deslocar para fazer compras em outras cidades?
6. Quanto ao número de famílias atendidas, existe uma perspectiva de crescimento?
7. Existem muitas famílias elegíveis que estão fora do Programa Bolsa Família?
8. Caso tenha muitas famílias com o perfil do programa, o município tem pensado em alguma forma de solucionar essa situação?
9. Existe algum programa complementar ao PBF desenvolvido pelo município?
10. Quanto às condicionalidades, como você avalia o cumprimento destas pelas famílias assistidas pelo município?